

ODETE TEREZINHA ZAMBONI

**AS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE BITURUNA –
PARANÁ: RELATOS DE VIDAS E NECESSIDADES DE INTERVENÇÕES DO
SERVIÇO SOCIAL**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 06/07/04


Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

Florianópolis, junho de 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**AS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE BITURUNA –
PARANÁ: RELATOS DE VIDAS E NECESSIDADES DE INTERVENÇÕES DO
SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em Serviço Social, Departamento de
Serviço Social, Centro Socioeconômico,
Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Carmem Lúcia da Silva

Odete Terezinha Zamboni

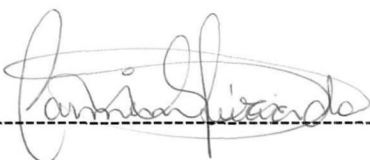
Florianópolis, junho de 2004.

ODETE TEREZINHA ZAMBONI

**AS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE BITURUNA –
PARANÁ: RELATOS DE VIDAS E NECESSIDADES DE INTERVENÇÕES DO
SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.


BANCA EXAMINADORA



Professora Carmem Lúcia da Silva
Orientadora



Professora Kátia Madeira



Eliete Maria de Lima
Assistente Social/Coordenadora do Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar
(POASF) – Florianópolis

Dedico este trabalho aos meus irmãos Odirlei, Odenir e Joécio.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que ilumina e guia sempre a minha vida, por estar sempre me mostrando os melhores caminhos a seguir.

Neste momento de mais uma etapa conquistada e de tantas outras que irão cruzar meu futuro, é com prazer e satisfação que expresso meus agradecimentos àqueles que sempre estiveram presentes, de forma direta ou mesmo em pensamento, contribuindo para minha formação acadêmica.

Agradeço a toda minha família, por estar sempre ao meu lado, pela confiança e amor, sem os quais este trabalho não teria chegado ao fim. Especialmente aos **“meus lindos irmãos”**, Odirlei, Odenir e Joélcio, que não economizam por mim amor, carinho e dedicação. Agradeço aos meus pais, por me ensinarem valores sem os quais não teria chegado até aqui; as minhas **“irmãzinhas”** Marizete e Josiele que, mesmo estando longe, torcem por mim e pela minha felicidade.

Agradeço ainda aos meus avôs, tios, tias, primos e primas que, mesmo distantes geograficamente, estão próximos do meu coração, rezando e torcendo por mim, em especial a minha tia Henelda, que é minha “segunda mãe”.

Em especial agradeço a minha orientadora, Carmem Lúcia da Silva, que com dedicação guiou e incentivou a etapa mais árdua das minhas atividades acadêmicas no desenvolver deste trabalho final.

Aos colegas de trabalho da Prefeitura Municipal de Bituruna – Paraná, Instituição onde realizei o estágio curricular da 7ª fase, por estarem sempre profissionalmente conduzindo, auxiliando e apoiando minhas atividades, em especial, a equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário: Cleide, Leda, Maria, Elvira, Neuri, Juliandrei, meus sinceros agradecimentos.

À professora Kátia Madeira e a Assistente Social Eliete Maria de Lima do

Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar/Florianópolis, por aceitarem participar da banca examinadora.

Aos meus amigos e amigas de todas as horas que tanto me incentivaram na realização deste trabalho: Aninha, Carol, Dani, Márcio, Juli, Gisele, Cristiane, Leda, Gláucia, Eliane, Alexandra, Simone, Maria, Beatriz. Aos amigos e amigas de Bituruna, em especial a Elisângela, Raquel, Jane, e muitos outros que contribuíram de alguma forma nesta trajetória.

Em especial agradeço às amigas, Aline e Claudinha, que me deram força e incentivo para a realização deste trabalho, sendo muitas vezes mais que amigas, sendo “irmãs”.

Agradeço também as famílias que de alguma forma me acolheram e me consideraram como se fosse sendo também uma filha, em especial seu Lúcio e família, seu Adão e família, Elinice e família, Bel e família, Andreza e família, Judith e família, Miguel e família, todos estão ligados a minha vida e são de fato importantes.

Agradeço também ao pessoal do curso de Pedagogia, que durante quatro anos estiveram ao meu lado, com os quais vivi muitos momentos importantes que fazem parte da minha história. Obrigada amigos, estou com saudades.

Aos colegas de Trabalho da Escola de Simão José Hess, em especial a Alexandra e Janaina, muito obrigada.

E não poderia faltar as meninas da Biblioteca do CED/UFSC, que muito me ajudaram em um dos momentos que considero o mais difícil da trajetória da Universidade que foi o primeiro ano: obrigada dona Inézia, Josiane, Ieda, Fátima, Raquel e Ilma, eu nunca vou esquecer o quando me ajudaram. A todos que participaram, diretamente ou indiretamente, deste trabalho, tornando possível o alcance dos resultados almejados.

*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança,
Todo mundo é composto de mudança
Tomando sempre novas qualidades.*

Luiz Vaz de Camões

RESUMO

ZAMBONI, Odete Terezinha. **As Famílias atendidas no Centro de Convivência de Bituruna – Paraná:** relatos de vidas e necessidades de intervenções do Serviço Social. 2004. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo, elucidar e analisar o contexto das famílias das crianças e dos adolescentes atendidos no Programa Centro de Convivência do Município de Bituruna – Paraná, diante das expressões da questão social e as possibilidades de intervenção do Serviço Social. Para alcançar os objetivos do presente estudo, a investigação ora realizada caracterizou -se como sendo do tipo descritiva. Esta pesquisa empírica foi realizada no Programa Centro de Convivência, tendo como sujeitos as famílias das crianças e adolescentes atendidos no espaço em questão, baseada em entrevistas focalizadas, portanto, sem um roteiro pré -estabelecido, em que se levaram em consideração algumas áreas de interesse como: ausência de possibilidades de trabalho, composição familiar e situação habitacional, educação, saúde, violência social e doméstica. Foi abordada a análise das demandas apresentadas pelas famílias, bem como as formas de atendimento a elas feitas pelos serviços públicos existentes na região em que estão inseridas. Outro aspecto relevante foi às construções acerca da importância da intervenção do Serviço Social nas demandas apresentadas pelas famílias atendidas no Centro de Convivência de Bituruna, objetivando justificar a necessidade premente da inserção sistemática deste profissional. Como resultados deste trabalho, comprovou-se, a partir das demandas apresentadas pelas famílias, que o Serviço Social se faça presente neste espaço institucional na forma de atendimento sistemático e planejado.

Palavras-chave: famílias, demandas sociais, Serviço Social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Organograma da Prefeitura Municipal de Bituruna	17
Ilustração 2	Programas Municipais	32
Ilustração 3	Organograma do Centro de Convivência	35
Ilustração 4	Fluxo de Encaminhamento	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição da População	18
Tabela 2	População Total do Município	18
Tabela 3	Distribuição da População por Faixa Etária	19

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	15
COMPREENDENDO O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE BITURUNA	15
1.1 HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE BITURUNA.....	15
1.2 TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO	21
1.3 O CENTRO DE CONVIVÊNCIA COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DA PESQUISA	33
CAPÍTULO II.....	39
CONTEXTUALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA.....	39
2.1 APRESENTANDO AS FAMÍLIAS PESQUISADAS	39
2.2 DEMANDAS APRESENTADAS PELAS FAMÍLIAS E A FORMA COMO ESTAS VEM SENDO ATENDIDAS.....	64
2.2.1 AUSÊNCIA DE POSSIBILIDADES DE TRABALHO.....	66
2.2.2 SITUAÇÃO HABITACIONAL	71
2.2.3 EDUCAÇÃO	76
2.2.4 SAÚDE	81
2.2.5 VIOLÊNCIA SOCIAL E DOMÉSTICA	85
CAPÍTULO III	90
O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA.....	90
3.1 A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL	90
3.2 INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS	111

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso pretende elucidar aspectos da realidade das famílias atendidas no Programa Centro de Convivência do Município de Bituruna, Estado do Paraná¹, com o intuito de analisar e situar as demandas diante das possibilidades de atuação do Serviço Social.

No decorrer do último século, a instituição “família” passou por diversas reformulações em termos conceituais, bem como na sua própria constituição como segmento social, sendo tais mudanças influenciadas principalmente pelas transformações sociais, econômicas, culturais e éticas, que acabam por modificar a vida das pessoas, conseqüentemente do grupo ao qual pertencem.

Em termos de conceituação sobre as famílias, um dos maiores avanços das últimas décadas, especialmente a de 1990 é a tentativa de superação de um modelo ideal, a “família burguesa”, no sentido de considerar como válidos, até mesmo para efeito das políticas públicas, outros arranjos familiares que se constituíram historicamente em meio à luta pela sobrevivência. Neste sentido, Mioto (2000, p. 217) traz valiosa contribuição para o tema ao tomar como família “um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar durante um lapso de tempo, mais ou menos longo e se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos [...]”.

À família, ao longo da história, foram determinadas muitas funções e responsabilidades, entre elas, a reprodução dos membros, socialização, educação e proteção dos filhos e garantia da subsistência. Contudo, em meio a uma sociedade capitalista excludente, muitas são as famílias que não dispõem dos meios necessários para cumprir com tais responsabilidades, apresentando, desta forma, uma série de questões passíveis de análise e

¹ O Centro de Convivência, é um programa que se caracteriza como de atendimento à criança e ao adolescente. Foi criado em 2001 para atender às prerrogativas do Estatuto da Criança e do Adolescente.

atendimento.

No caso deste trabalho específico, o interesse por essas questões, pertinentes ao universo familiar, nasceram a partir do desenvolvimento do Estágio Curricular Obrigatório na Prefeitura Municipal de Bituruna. Neste espaço, surgiu a necessidade do acompanhamento às famílias das crianças e adolescentes que freqüentavam o Centro de Convivência, um dos programas existentes na rede municipal.

O desenvolvimento do estágio nesta área específica foi motivado por duas razões: a primeira, atendendo à solicitação dos profissionais que atuam diretamente com as famílias, como pedagoga, psicóloga, conselheiros tutelares e diretores de escolas; a segunda, em razão de interesse e identificação vinculadas às questões das famílias, adensados com a possibilidade de inserção num trabalho mais sistemático com crianças e adolescentes. Esse interesse foi fomentado pela prática profissional de Conselheira Tutelar, desempenhado no período de 2001 à 2003, intensificado com a trajetória de vida e ampliado com a formação acadêmica.

A partir da intervenção junto às famílias, foram elucidadas algumas demandas de atendimento que expressavam o contexto de vida no qual estes grupos estavam inseridos, ações que se constituem como questões sociais para o Serviço Social e áreas afins, como a educação, psicologia, saúde. Contudo, observou-se também que não havia um trabalho sistemático do Serviço Social que possibilitasse o atendimento das questões críticas que se apresentavam.

Diante deste quadro institucional, materializado pela ausência de intervenção sistemática do Serviço Social surgiu o interesse em conhecer se de fato a atuação deste profissional é algo necessário? Se as demandas conhecidas a partir da intervenção se constituem em necessidades de intervenções do assistente social? Esta foi, portanto a questão central que balizou os demais direcionamentos deste trabalho ora exposto.

Desta forma, foi proposta a implantação e o acompanhamento no Centro de Convivência do atendimento social, que teve como objetivo conhecer as demandas apresentadas pelas famílias bem como intervir nas distintas expressões da questão social.

Para a efetivação deste trabalho acadêmico foi realizada uma pesquisa junto às famílias atendidas no Centro de Convivência, a qual se realizou concomitantemente com a intervenção dispensada a 15 famílias, no total, porém, para efeitos deste estudo aqui apresentado, serão sistematizados os dados e informações de apenas 7 dessas famílias, que foram escolhidas segundo critérios intencionais, ou seja, se constituindo segundo Gil (1999, p. 104) em uma “amostragem intencional”. Esta é uma amostragem não probabilística em que já se tem informações prévias da população que se pretende pesquisar, o que possibilita selecionar um subgrupo que possa ser considerado representativo de toda a população. Estes foram os critérios de escolha da amostra de 7 famílias.

A referida pesquisa constitui -se em entrevistas focalizadas, realizadas na ocasião das visitas familiares, em que se abordou aspectos relevantes do contexto familiar. Neste trabalho, ora apresentado, pretende-se elucidar e analisar as situações apresentadas pelas famílias à luz da importância da atuação sistemática do Serviço Social junto a estes grupos.

Desta forma, este Trabalho de Conclusão de Curso segue estruturado em três capítulos: o primeiro capítulo constitui-se em uma abordagem histórica do Município de Bituruna, da constituição da Assistência Social, bem como do Programa do Centro de Convivência, em que se aproveitou para situar aspectos da constituição histórica da Assistência Social como direito do cidadão.

No segundo capítulo, é conceituado teoricamente o segmento social família, sendo explicitados os dados das famílias atendidas no Centro de Convivência, bem como a análise das informações obtidas na pesquisa, refletindo-se a respeito de conceitos e trajetórias relevantes sobre este grupo social, a fim de situá -lo historicamente, evidenciando a situação

da criança e do adolescente.

No terceiro capítulo, aborda-se a importância da profissão do Serviço Social e como se dá a sua inserção no Centro de Convivência, enfatizando-se a necessidade do trabalho sistemático do profissional junto ao Programa, bem como algumas possibilidades de intervenção, tendo em conta suas atribuições e competências.

Por fim, nas considerações finais, apresenta-se uma reflexão a respeito das questões trabalhadas no decorrer do estudo, procurando fomentar a discussão referente à importância do trabalho social com as famílias, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das mesmas na perspectiva do desenvolvimento da cidadania.

CAPÍTULO I

COMPREENDENDO O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE BITURUNA

1.1 HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE BITURUNA

Neste trabalho, serão abordados aspectos relacionados às famílias que participam do Programa Centro de Convivência da cidade de Bituruna/PR para tanto se considerará relevante um breve conhecimento da constituição histórica deste município para melhor se compreender sua dinâmica socioeconômica e político-cultural.

O Município de Bituruna está situado ao sul do Estado do Paraná e tem uma extensão de 1.258 km. Sobre sua história, sabe-se que em 23 de dezembro de 1924, data reconhecida como a da sua fundação, a Empresa Colonizadora Santa Bárbara Ltda vendeu o primeiro lote de terras da região que hoje constitui o município de Bituruna. Essas terras pertenciam ao município de Palmas com o qual Bituruna faz divisa atualmente.

Em 4 de dezembro de 1928, a região foi elevada a categoria de vila (Vila Santa Bárbara); em 20 de outubro de 1938, passou a fazer parte do município de União da Vitória e, em 30 de dezembro de 1943, voltou a fazer parte do município de Palmas, agora já com a denominação de Bituruna. Em 26 de novembro de 1954, por meio da Lei Municipal nº 253, foi elevada a categoria de município autônomo, sendo desmembrado de Palmas, tendo como sua data de instalação o dia 14 de dezembro de 1955, quando foi eleito o primeiro prefeito municipal, juntamente com mais nove vereadores² (PARANÁ, 2003, p. 1-10).

² Maiores informações sobre a constituição histórica do município encontram-se disponíveis na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte da Cidade de Bituruna/PR.

Atualmente, a administração municipal sancionou a Lei nº 726/2001, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Prefeitura e prevê a criação de órgãos de administração direta e indireta, os quais estão dispostos no artigo 7º, conforme segue abaixo:

Seção I - Órgãos Colegiados (Conselhos e comissões);

Seção II - Órgãos de Colaboração com o Governo Federal (Junta de Serviço Militar e Inkra);

Seção III - Órgãos de Assistência Imediata (Gabinete do prefeito);

Seção IV - Órgãos de Assessoramento (Assessoria Jurídica e Assessoria de Imprensa);

Seção V - Órgãos de Administração Geral (Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento);

Seção VI - Órgãos de Administração Específica (Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo; Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento; Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes; Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo e Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário);

Seção VII - Órgãos de Administração Indireta (artigo 20 - Fundações e Autarquias, que reger-se-ão, segundo as leis que as criarem, Estatutos e Regulamentos, acompanhadas por Conselhos Administrativos e/ou Curadores e vinculados diretamente ao Prefeito, para a execução de serviços que apresentem melhor resultado se descentralizados). (PARANÁ, 2001a, p. 2-3).

A partir desta regulamentação, a estrutura administrativa da Prefeitura ficou definida conforme organograma a seguir.

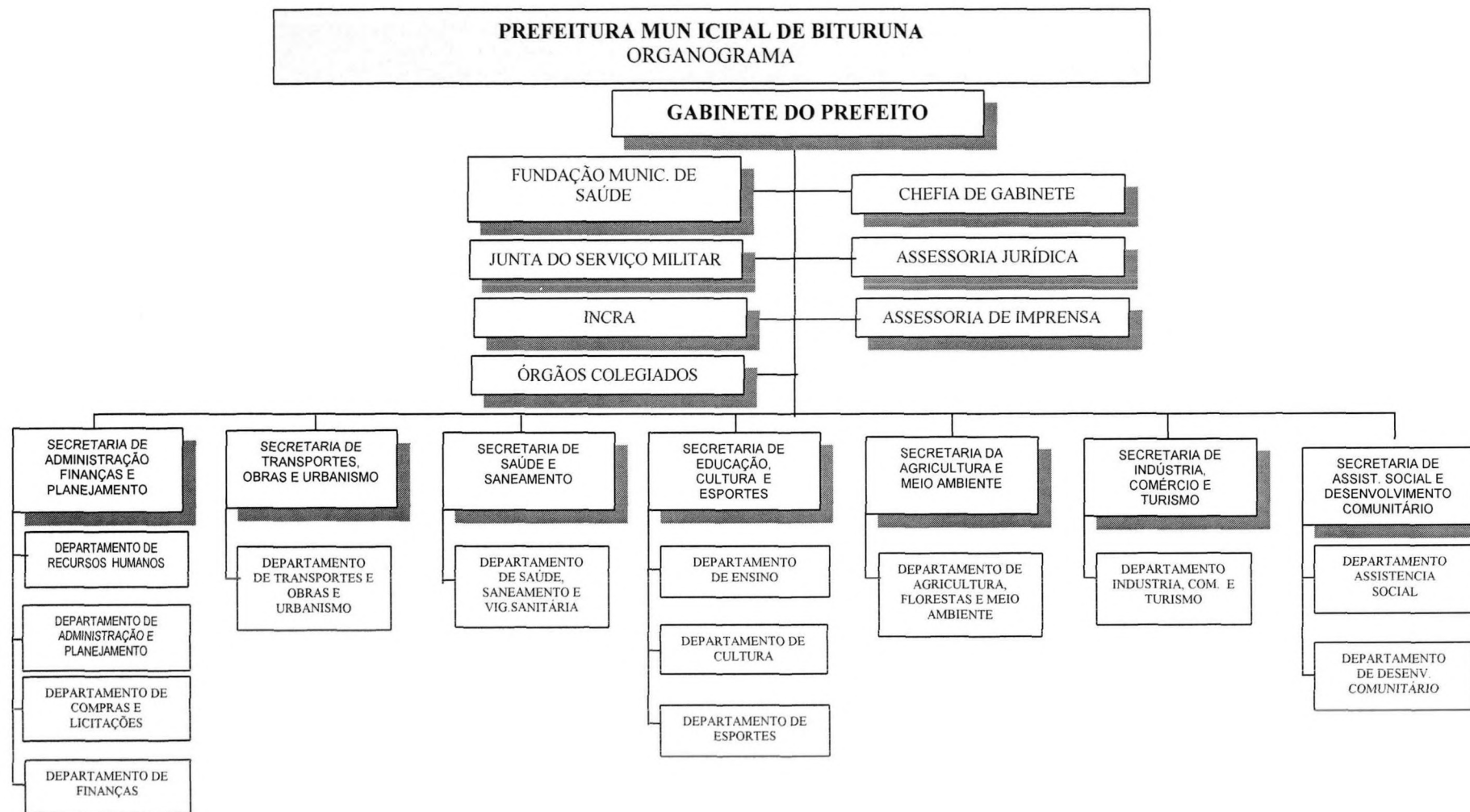


ILUSTRAÇÃO 1: ORGANOGRAMA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA

FONTE: LEI MUNICIPAL N.º 726/2001.

Bituruna contava, em 2000, data da realização do último censo, com uma população de 15.733 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2003). Para o levantamento de 2003, teve-se como estimativa 16.621 habitantes. Segundo os dados do mesmo censo, 47,80 % vivem na zona urbana e 52,20% na zona rural, já com relação à distribuição por sexo, o município conta com 51,85% do sexo masculino e 48,2 do sexo feminino, conforme quadros abaixo.

TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

População	Número	%
Urbana	7.506	47,8
Rural	8.227	52,2
Total	15.733	100%

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2003).

TABELA 2: POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO

Sexo	Número	%
Mulheres	7.595	48,2
Homens	8.138	51,8
Total	15.733	100%

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2003).

Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2003), o município de Bituruna tem 4.189 famílias, entre elas, 1.382 tem uma renda per capita igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Das famílias com essa renda, 415 estão concentradas na zona urbana e 967 na zona rural, totalizando um percentual de 32,99% de famílias consideradas de baixa renda e que apresentam alguma forma de vulnerabilidade, necessitando diretamente da intervenção de políticas públicas.

Outro fator importante para a análise, implantação e implementação das políticas públicas no município de é o conhecimento de como se distribuiu a população em

considerando a faixa etária, informação disposta no quadro abaixo.

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

População	Número	%
0 a 4	1.931	12,27
5 a 9	1.745	11,09
10 a 19	3.444	21,89
20 a 29	2.668	16,95
30 a 39	2.217	14,09
40 a 49	1.615	10,26
50 a 59	1.077	6,84
60 ou mais	1.036	6,58
Total	15.733	100%

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2003).

O município também tem os dados de famílias registradas nos programas sociais do Governo Federal (Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e Vale-Gás), nos quais elas aparecem inscritas, com renda igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, totalizando um percentual de 40% que apresentam baixo poder aquisitivo. Levando-se em consideração os dados explicitados anteriormente, pode-se considerar como população usuária da política de assistência social em torno de 40 % dos municípios.³

As atividades econômicas desenvolvidas pela população são prioritariamente a exploração agrícola, o extrativismo vegetal (madeiras, erva -mate, pinus, entre outros), pecuária, indústria, comércio, entre outras. Tais atividades constituem a fonte de renda da população do município.

O município de Bituruna teve, ao longo da história, uma tradição agrícola e extrativista, contudo, nos últimos anos tais atividades estão em considerável declínio,

³ Informação disponível no cadastro único da Prefeitura Municipal de Bituruna.

devido principalmente às mudanças climáticas e à escassez de matéria-prima respectivamente. Em decorrência desta situação, tem-se observado uma considerável redução de empregos no mercado formal e conseqüente aumento do desemprego e oferta no mercado informal de trabalho.

Para enfrentar tal conjuntura, a administração pública vem procurando viabilizar importantes incentivos para empresários e pequenos produtores de diversas áreas para instalarem seus negócios no município com o objetivo de ampliar a oferta de emprego. Como exemplo, tem-se a instalação da área industrial (Pólo Têxtil, que gera 42 empregos diretos, a Indústria de Bio -Massa-Brinquetes e a Indústria de Desdobramentos de Madeira e Compensados).

Na área da atividade econômica de industrialização do produto agrícola, foram instaladas em parceria com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) a agroindústria de doces na comunidade de Volta Grande, a agroindústria de imbutidos na comunidade do Bracatinga e a agroindústria de queijos no distrito de Santo Antônio do Iratim.

O município também vem resgatando a tradição italiana de vitivinicultura, que sempre foi estimulada, por meio da Festa da Uva (mês de fevereiro) e agora promovendo também a Festa do Vinho (mês de agosto), movimentando o comércio local e incentivando a produção agrícola. Os investimentos na área da vitivinicultura também visam desenvolver o potencial turístico, na medida em que as duas festas trazem para a região mais de 30 mil pessoas, fato que se constitui como fonte de renda para a população local.

Na área da agricultura e pecuária, a administração pública municipal, através de parcerias com o governo federal, procura incentivar a permanência do homem no campo, com o melhoramento genético do gado leiteiro; aquisição de máquinas e implementos

agrícolas (PRONAF e PARANÁ 12 meses)⁴; venda de mudas florestais subsidiadas; apoio à piscicultura; fomento à construção de infra-estrutura produtiva (paiol, estábulos); assistência técnica em todos os setores produtivos com técnicos agrícolas especializados nas áreas de vitivinicultura, florestal, piscicultura e melhoramento genético.

Apesar de todos os esforços para evitar o declínio do emprego formal no município, dados oficiais comprovam que aproximadamente 40 % da população municipal tem renda *per capita* que não ultrapassa em muito a quantia de $\frac{1}{2}$ salário mínimo⁵ (AMORIN; POCHMANN, 2003). Além da baixa faixa de salário da população, aparece, como em todo o país, a falta de emprego, o que contribui para o aumento de pessoas dependentes dos serviços municipais de assistência social.

O próximo ponto a ser explanado refere-se à trajetória da assistência social no município de Bituruna, bem como sua influência no contexto atual.

1.2 TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO

Este histórico foi construído a partir de depoimentos de pessoas que trabalham na Prefeitura Municipal de Bituruna (Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário e Secretaria Municipal de Administração e Planejamento), nas entidades de atendimento e em consultas a documentos oficiais da Prefeitura.

Em relação à Assistência Social do Município, a mesma nem sempre se desenvolveu de forma organizada e sistemática, pois estava atrelada a ações gerais da administração pública, como por exemplo: concessão de madeiras para construção de casa; cestas básicas, medicação, entre outras, sempre com o objetivo de sanar alguma carência

⁴ Programas de incentivos agrícolas pelos quais são oferecidos auxílios financeiros aos produtores rurais.

⁵ Esta é uma média salarial, levando-se em consideração o trabalho no campo e na cidade.

extrema e de forma paliativa. Atualmente, através da Lei 726/2001, a política de Assistência Social foi regulamentada, entretanto, na prática ainda observam-se traços da falta de sistematização.

De acordo com as informações dos entrevistados, as “ações assistenciais” iniciaram na ocasião da fundação do município, pois sempre existiram pessoas que necessitavam de alguma “ajuda” e, como exemplos, pode-se citar: os cuidados com a maternidade, infância, distribuição de remédios, alimentação, entre outras. Tais atividades eram desenvolvidas através do Posto de Puericultura do município, mantido, nessa época, pelo Governo Estadual, com o apoio da Associação de Proteção à Maternidade e Infância “Menino Jesus” (APMI)⁶.

Na década de 1980 a Ação Social da Paróquia Santa Bárbara, através das ações do Programa de Voluntariado Paranaense (PROVOPAR), passou a desenvolver, em parceria com o Poder Público Municipal, as seguintes atividades: campanhas do agasalho, distribuição de cestas básicas e leite, entre outras. Cabe salientar que o trabalho assistencial continuava sob a responsabilidade da Primeira Dama do município.

É possível observar, relembrando aspectos históricos da constituição e implementação da assistência social do município de Bituruna, que ela se deu de forma semelhante à construção em âmbito nacional e em certa ordem de âmbito mundial, estando intimamente ligada às ações caritativas da Igreja Católica e das senhoras da sociedade local, com a coordenação das primeiras damas.

Em todo o mundo, ocorreu historicamente a constituição de sistemas de ajuda, que pretendiam dar conta ou minimizar as “carências dos necessitados”. Conforme afirma Oliveira (1996, p. 85), “ao longo da trajetória da humanidade, diferentes formas de ajuda

⁶ A APMI se constitui como uma entidade assistencial, existente desde a fundação de Bituruna, e teve seu registro oficial em 1994 que regulamenta sua constituição. É coordenada pela primeira dama municipal e por senhoras da sociedade local. Seu principal objetivo é prestar auxílio à população carente. Atualmente a entidade conta com representação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

aos necessitados foram se configurando até que se desenhasse o perfil contemporâneo da assistência social”. Uma das principais caracterizações dessa ajuda está ligada às ações da Igreja Católica, que tinha como doutrina a “[...] maior humanização dos costumes e a preocupação com a justiça social para com os mais humildes [...]” (OLIVEIRA, 1996, p. 86). Neste sentido, a Igreja influenciará a constituição da assistência social através das ações de caridade e filantropia que foram ao longo da história entendidas como assistencialismo.

A outra forma de intervenção, observada na realidade municipal e que também faz parte de um contexto mais amplo, é a intervenção do poder público, que se constitui historicamente, “como políticas casuísticas, inoperantes, fragmentadas, sem regras estáveis ou reconhecimentos de direitos [...]” (YAZBEK, 1995, p. 15). Essa forma de intervenção, como já se apontou, não é específica da realidade local, mas, sim, uma lógica que atende aos ideais da sociedade capitalista, que objetivam a permanência da sociedade de classes e da desigualdade social.

No que tange à realidade de Bituruna, observa-se, conforme o quadro nacional, que as práticas na área da assistência social se desenvolvem sem um planejamento, aparecem em ações paliativas ligadas às áreas da saúde, educação, habitação, entre outras, conforme se verá a seguir.

Em 1980, iniciaram-se as atividades com os idosos através de encontros, reuniões, festas, viagens, entre outras, sendo estas ações realizadas pelo Poder Público em parceria com a sociedade local.

Na gestão pública do período de 1983-1989, deu-se início ao trabalho de atendimento às crianças e adolescentes por meio das “creches lares”, conhecidas também como “mães crecheiras”, ou seja, algumas mães se revezavam para ficar com os filhos

umas das outras, enquanto desenvolviam algum tipo de trabalho. Esta atividade foi substituída mais tarde por creches e atualmente, devido às exigências da Lei de Diretrizes de Bases, Lei nº 9394/96 são denominadas de Centros de Educação Infantil.

Ainda neste mandato, fundou-se a Associação da Melhor Idade, grupo da terceira idade que promove, junto com o governo municipal, atividades como passeios culturais, gincanas, danças, jogos e bingos com a finalidade de promover o bem-estar e a qualidade de vida desta significativa faixa etária da população.

Em julho de 1986, foi constituído o primeiro Clube de Mães, no bairro da Vila Mariana, com a finalidade de desenvolver trabalhos de integração entre as mulheres, como cursos de culinária, pintura, bordado e palestras, de forma a fortalecer as relações familiares, bem como ampliar a renda. Neste ambiente, desenvolvem-se também outras atividades como confecção de vestuário, cobertores, artesanato, que, em algumas ocasiões, são distribuídos para as mães que freqüentam os encontros, e em outras, vendidas em feiras, revertendo o lucro para a entidade que o utiliza para a compra de matéria-prima.

Esse Clube de Mães foi o primeiro a ser fundado e continua em funcionamento, sendo que outros bairros como o Nossa Senhora Aparecida, São Francisco, Bela Vista, São João e Jardim Andréia, também contam com os serviços de tal entidade. Nesses espaços, além de serem desenvolvidas as atividades citadas anteriormente, são oportunizadas a realização e promoção de encontros, reuniões, cursos, que objetivam a “integração da comunidade”.

Algumas comunidades consideradas do interior também contam com os Clubes de Mães, como o Distrito de Santo Antônio do Itatim, Santo Augusto, São Vicente, Volta Grande, entre outros. Apesar de receberem o apoio do Poder Público, que viabiliza o local para o funcionamento, matéria-prima e recursos humanos (instrutor de artesanato), a comunidade também se mobiliza no sentido de realizar reuniões, encontros, solicitar

curso, atividades que contribuem para a socialização da população e fortalecimento dos grupos.

Em fevereiro de 1987, iniciaram-se as atividades de atendimento às crianças e adolescentes no Clube do Formiguinha, na Vila Mariana. Este programa é considerado como de Contra Turno Social, de responsabilidade do Poder Público Municipal, sendo a entidade oficialmente registrada em 12/02/1994.

Os Programas de Contra Turno Social, de acordo com a Lei nº 765/2001, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário, constituem-se como uma modalidade de educação complementar que tem como objetivo “oferecer às crianças e adolescentes atividades que auxiliem no seu desenvolvimento integral, preparando-os para o exercício da cidadania, prevenindo conseqüentemente os riscos de inserção no ambiente de rua” (PARANÁ, 2001b, p. 3). Atualmente o município conta com três Clubes de Contra Turno Social, localizados nos bairros de Vila Mariana, São João e no Distrito de Santo Antonio do Iratim. Nesses programas são desenvolvidas atividades de reforço escolar, oficina de informática, artes e trabalhos manuais, recreação e esporte, cultivo de verduras e flores. São atendidos em média de 500 a 550 crianças e adolescentes diariamente durante o ano.

Ainda, nesta gestão, foram iniciados os encaminhamentos de pessoas com anomalias crânio-faciais para o Hospital de Reabilitação das Anomalias Crânio-Faciais - Centrinho/ USP, em Bauru/São Paulo, através da Associação de Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais (ARLEP), com sede em União da Vitória.

Também continuaram a ser desenvolvidas as ações de distribuição de leite para crianças entre 3 meses e 6 anos, campanhas de vacinação e prevenção à saúde da mulher.

As ações citadas foram desenvolvidas sempre com o apoio do Departamento de Educação. Nesta época, ainda não havia uma clara divisão de competências

administrativas, fato que ocorreu mais tarde com a regulamentação da Lei 726/2001 (PARANÁ, 2001a).

Na gestão de 1989-1992, o Poder Público deu continuidade às ações desenvolvidas no mandato anterior e construiu a primeira creche do município no Bairro da Vila Mariana, a creche “Dona Pia”.

Na gestão 1993-1996, criou-se o Departamento de Assistência Social vinculado à Saúde, nessa época, ainda não existiam as secretarias municipais estabelecidas, havia somente cargos “fictícios” de secretários, que eram os responsáveis pelas políticas públicas de educação, saúde, saneamento, contudo, tal situação não era regulamentada por nenhuma legislação.

No contexto da realidade local, é possível observar que houve uma tentativa de regulamentação da política social através da criação do departamento de Assistência Social, porém a prática assistencialista e paliativa ainda era uma constante, não havendo um planejamento no sentido de uma mudança na realidade dos sujeitos sociais.

No que tange ao atendimento das necessidades dos cidadãos biturunenses, foram realizadas as seguintes ações: apoio à pastoral da criança, fornecimento de leite nos bairros, medicamentos à população, cestas básicas esporádicas para problemas mais graves, transporte para idosos e para pessoas com necessidades de tratamento de saúde, encaminhamentos dos beneficiários para o INSS, apoio ao Clube do Formiguinha (nessa época ainda não havia sido criado os Clubes do Amiguinho e do Abelhinha), incentivos aos Clubes de Mães, direcionamento para especialistas e para a ARLEP, entre outras ações de cunho focalizado.

Nessa gestão, também se iniciou o movimento comunitário para formação das Associações de Moradores e de Agricultores, atividade que acontece até os dias atuais e que contribui para a organização dos bairros e das comunidades da área rural do município.

No contexto municipal, ainda não haviam sido contratados profissionais na área do Serviço Social, tal política estava a cargo de pedagogos e educadores. Na gestão pública, compreendida no período de 1997-2000, foi contratada a primeira assistente social do Município, no mês de janeiro, que trabalhou até dezembro de 2000. O principal motivo da contratação foi a necessidade de elaboração de um diagnóstico do município, além da urgência de regulamentar a Política de Assistência Social, que promulgada desde 1993, com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), ainda, não se efetivara no município.

Em 2001, na atual gestão, foi regulamentada a Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário, juntamente com a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo, através da Lei nº 726/2001, de 4 de abril de 2001, sendo competências da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário as ações descritas no Artigo 19, da Subseção VI, da mesma Lei:

Art. 19 – Compete a esta Secretaria toda a política assistencial e comunitária do município, apoiando a criança, o adolescente, o idoso, a pessoa deficiente e as famílias. Organizar e apoiar os Conselhos da Criança e Adolescente e Tutelar. Promover a integração e o desenvolvimento das comunidades, trabalhar com as associações de bairros, promover cursos, criar e apoiar grupos como o da Terceira Idade e outros. Organizar Fóruns e Conferências. Administrar os Clubes de Atendimento à crianças e adolescentes, creches, Casa Lar, Albergue e outros que venham a ser criados com finalidade assistencial. Auxiliar as Pastorais e desenvolver outros trabalhos de ação comunitária, podendo para isso integrar-se a outras esferas de Governo. Integrar -se com outras Secretarias Municipais, auxiliando no combate à pobreza e ao analfabetismo. Através da Divisão de Serviços Pró-Cidadania, providenciar documentação pessoal para os carentes, desenvolver programas de reintegração social e auxiliar nos programas de geração de emprego e rendas. Desenvolver outras atividades que promovam o bem estar da população em geral. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário executará suas atribuições, através de dois Departamentos:

- Departamento de Assistência Social.

- Departamento de Desenvolvimento Comunitário (PARANÁ, 2001a, p. 8).

A Assistência Social, segundo Yazbek (1995, p.18), “configura-se como uma possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas dos usuários e espaços de ampliação de seu protagonismo”. Portanto, faz -se mister que esses usuários sejam tratados como sujeitos que têm direito à assistência social e não como recebedores de favor e caridade. Esta é uma situação histórica e cultural que ainda não foi totalmente solucionada em termos do contexto nacional. Pelo contrário, costumeiramente o Estado tende a perceber os usuários como tutelados, necessitados, pessoas que apenas devem ser receptores de favores e não interlocutores do processo.

Há outro ponto que merece destaque no contexto mundial atual que vem configurando novos papéis ao Estado, mercado e sociedade. É o processo conhecido como neoliberalismo que designa novas atribuições ao Estado no que tange à esfera de proteção social, sendo caracterizado por:

[...] propostas reducionistas onde a Assistência passa a ser para as situações extremas, portanto, com auto grau de seletividade, e direcionada aos estritamente pobres através de uma ação humanitária coletiva, e não como uma política dirigida à justiça social e à igualdade (YAZBEK, 1995, p. 18).

Deste modo, é preciso ter claro que o atual contexto da assistência social é influenciado e porque não dizer orquestrado pela ordem econômica capitalista, o que faz com que os direitos sociais fiquem *à mercê* da ausência de prioridade política.

Para cumprir com os objetivos para os quais a Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário foi criada, prioriza-se o desenvolvimento dos trabalhos, levando-se em consideração a atenção a todos os segmentos da sociedade, enfatizando a melhoria da qualidade de vida e a auto-gestão familiar. Desta forma, para

atender a essa demanda, essa Secretaria trabalha através de programas municipais, criados por Leis aprovadas pela Câmara de Vereadores. Atualmente existem onze programas, que pretendem atender às necessidades básicas dessa população, sendo definidos como:

- **Programa de Órtese e Prótese** - Lei nº 725/2001, que tem como objetivo conceder óculos, cadeira de rodas, prótese dentária, muletas, prótese ocular, carrinho de zeus e aparelho auditivo mediante prescrição médica para a população que não possui condições de adquiri-lo.

- **Programa de Recreação/ Integração e Inclusão Social de Idosos** - Lei nº 726/2001, que visa proporcionar recreação, integração e inclusão social aos idosos com idade superior a 55 anos, oferecendo-lhes Assistência Social permanente, garantindo-lhes assim seus direitos, acompanhamento social através de visitas domiciliares e encaminhamentos ao INSS para inserção no programa Benefício de Prestação Continuada (BPC).

- **Programa de Intervenção Social para as Famílias em Situação de Risco Social** - Lei nº 760/2001, que visa proporcionar atendimento integral ao pleno desenvolvimento das famílias em situação de risco social, através de cursos de capacitação profissional, de acordo com as habilidades e aptidões dos envolvidos, bem como a inserção das famílias em programas de geração de emprego e renda.

- **Programa Auxílio Funeral** - Lei nº 761/2001, que objetiva proporcionar urna funeral e aparamentos necessários para as famílias de baixa ou nenhuma renda, mediante solicitação das mesmas.

- **Programa Auxílio Nutrição às Famílias Carentes** - Lei nº 762/2001, que visa proporcionar auxílio nutrição (cesta básica e leite) às famílias desprovidas dos mínimos sociais para combater a desnutrição e subnutrição, bem como garantir a sobrevivência das

famílias em situação de risco social, cuja renda *per capita* mensal seja de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

- **Programa de Auxílio Transporte** - lei nº 763/201, que objetiva proporcionar transporte gratuito às pessoas que apresentam necessidades de locomover-se da área rural para área urbana, ou outras cidades, possibilita o acesso das pessoas de baixa renda e idosos para a realização de exames médicos e tratamento de saúde no município ou em outras cidades.

- **Programa Pró-Cidadania** - Lei nº 764/2001, que visa proporcionar à população com renda de até um salário mínimo, ou desprovido de renda fixa, o acesso aos documentos pessoais como carteira de identidade e segunda via de registro de nascimento.

- **Programa de Atendimento a Crianças e Adolescentes** - Lei nº 765/2001, que objetiva oferecer às crianças e adolescentes do município, atividades que auxiliem no seu desenvolvimento integral, preparando-os para o exercício da cidadania, prevenindo conseqüentemente o risco de inserção no ambiente de rua.

- **Programa “Morar Bem”** - Lei nº 766/2001, que visa proporcionar a construção, ampliação e reforma de moradias a famílias que apresentam riscos habitacionais e não possuam recursos financeiros para este fim.

- **Programa Centro de Convivência** - Lei nº 767/2001, objetiva propiciar à população infanto-juvenil que apresenta problemas de comportamento, conflito com a lei, evasão escolar, exploração sexual, além de outras situações, favorecer o desenvolvimento biopsicossocial, através de recreação, diálogo, socialização, encaminhamentos necessários, esportes, tratamento de desintoxicação (*drogaditos*) e iniciação para o trabalho, priorizando trabalho em grupo, respeitando a individualidade e aptidão de cada um.

- **Programa de Geração de Renda** - Lei nº 918/2003, que visa capacitar a população para inserção no mercado formal e informal de trabalho, desenvolvendo cursos

de capacitação e pré-profissionalização, recebendo às solicitações dos habitantes quanto às necessidades do mercado.

Nesta perspectiva, esses programas municipais objetivam, em sua maioria, atender ao artigo 2º da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que prevê em seus incisos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho, além da preocupação em atender às situações de vulnerabilidade social, através da garantia dos mínimos sociais. Para se visualizar a forma como os programas municipais estão dispostos, bem como se compreender a lógica de sua organização, faz-se necessária a construção do organograma, explicitado a seguir:

ORGANOGRAMA DOS PROGRAMAS MUNICIPAIS

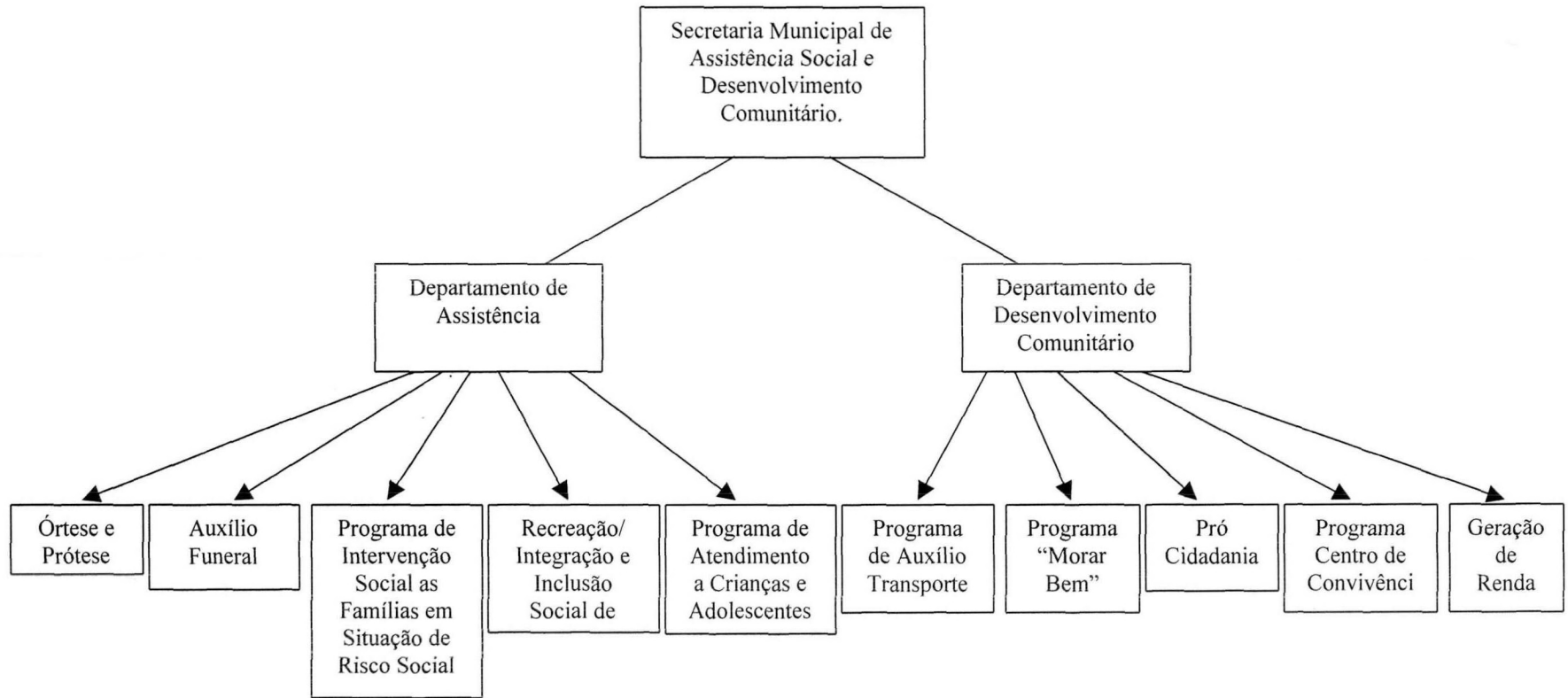


ILUSTRAÇÃO 2 : PROGRAMAS MUNICIPAIS

FONTE: A PRÓPRIA AUTORA.

Como se pode perceber, o Programa Centro de Convivência, foco desta análise, encontra-se ligado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário, fazendo parte da rede de atendimento à criança e ao adolescente do município.

A opção pelo Centro de Convivência como objeto de análise se deu devido à importância atribuída ao trabalho com as famílias das crianças e adolescente que freqüentam o programa. Acredita-se também que tal espaço oferece subsídios para a discussão de importantes aspectos relacionados ao universo familiar, como por exemplo, a situação de trabalho, moradia, escolaridade, saúde, violência familiar, entre outras.

No item que segue se fará uma explanação sobre os aspectos constituintes do Centro de Convivência.

1.3 O CENTRO DE CONVIVÊNCIA COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DA PESQUISA

Após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069/90, uma série de medidas deveriam ser tomadas no sentido de garantir melhores condições de vida às crianças e adolescentes, como orientação, apoio e acompanhamento temporário, previstos no artigo 101 desta Lei:

- I-Encaminhamento aos pais e responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II- Orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III- Matrícula e freqüência obrigatória em estabelecimentos oficial de ensino fundamental;
- IV- Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V- Requisição de tratamento médico, psicológico, ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI- Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII- Abrigo em entidade;
- VIII- Colocação família substituta (COLETÂNEA DE LEIS, 2001, p. 117).

As medidas do artigo 101 devem ser aplicadas quando verificadas qualquer das hipóteses previstas no artigo 98, do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja:

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados:

- I- por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II- por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis;
- III- e em razão da sua própria conduta (COLETÂNEA DE LEIS, 2001, p. 117).

O Programa Centro de Convivência, portanto, foi idealizado dentro da perspectiva de proteção integral do Estatuto da Criança e do Adolescente, em conformidade com o artigo 101, sendo “um programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente” (COLETÂNEA DE LEIS, 2001, p. 117).

Salienta-se aqui que, para a efetivação desse programa, houve no município a intervenção do Ministério Público da Comarca de União da Vitória/PR, que, com o intuito de legalizar a situação da criança e do adolescente, exigiu do responsável pela Prefeitura Municipal de Bituruna, a assinatura de um termo de conduta, pelo qual se comprometeu a efetivar a política de atenção à criança e ao adolescente.

Este fato ensejou a criação de um programa que acolhesse tal demanda e dentro desta perspectiva foi instituído o Programa Centro de Convivência⁷, dedicado à socialização e reeducação de crianças e adolescentes, segundo consta no seu projeto de criação. Criado em setembro de 2001 fez parte de uma necessidade urgente do município que estava desprovido de uma política que atendesse às prerrogativas do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para a instalação e a operacionalização do Programa, foram efetuadas várias reuniões comandadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA),

⁷ O Centro de Convivência funciona na Av. Dr. Bento Munhoz da Rocha Neto, s/nº, Centro, tendo a Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário como gestora.

contando com a participação da sociedade civil, do Poder Público e do Promotor de Infância da Comarca de União da Vitória.

Concomitante à mobilização destes segmentos, foi realizada no ano de 2001 uma pesquisa junto ao Conselho Tutelar e diretores das escolas públicas de ensino fundamental e médio, com a finalidade de conhecer a situação de crianças e adolescentes no município. Como resultado de tais pesquisas, percebeu-se a existência de um número grande de crianças e adolescentes em situação de risco social, ou seja, apresentando problemas de comportamento, em situações de conflito com a lei, exploração sexual infanto-juvenil, gravidez precoce, adesão às drogas e evasão escolar em virtude do trabalho precoce. O Centro de Convivência foi pensado na perspectiva de atender a tal demanda.

Objetivando consolidar estratégias de enfrentamento para as situações de risco social, o Município de Bituruna, por meio de um trabalho conduzido por uma equipe técnica⁸, tem desenvolvido ações que visam implementar as políticas de atendimento⁹ dirigidas às crianças



ILUSTRAÇÃO 3: ORGANOGrama DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA

FONTE: PRÓPRIA AUTORA.

⁸ A equipe técnica é composta por psicóloga, pedagoga, assistente social todas com carga horária de 8 horas semanais, e um professor de Karatê com carga horária de duas horas semanais. Cabe salientar, porém que a assistente social é a funcionária da Secretaria Municipal de Assistência Social, e somente está designada ao Centro de Convivência em situações mais emergenciais.

⁹ Este programa faz parte da rede de políticas sociais básicas de atendimento, preconizada pelo ECA, nos seus artigos: 86, 87 (I -II-III), 88 (I - que trata da política de atendimento), 90 (I e II que tratam das entidades de atendimento) e art. 101 (II - III-IV -VI (que tratam das medidas específicas de proteção). Adicionadas ao Estatuto, estão: a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social), a Lei Municipal 589/97, de 24/03/1997, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social e o Conselho Tutelar e a Lei nº 544/96, de 23/01/1996, que dispõe sobre a criação de Conselho, Conferência e Fundo Municipal de Assistência Social.

e adolescentes, bem como às suas famílias, conforme organograma evidenciado acima.

Nesta perspectiva, o Centro de Convivência tem como principal objetivo:

Propiciar a população infanto-juvenil que apresentam distúrbio comportamental e em conflito com a lei, um bom desenvolvimento biopsicossocial, através de recreação, diálogo, compreensão, socialização, encaminhamentos necessários, esportes, tratamento de desintoxicação (drogaditos) e iniciação para o trabalho, priorizando trabalho em grupo, mas respeitando a individualidade e aptidão de cada um (PARANÁ, 2001c, p. 02).

Para atender esta finalidade, são elencados os seguintes objetivos específicos:

- Estimular o acesso e a frequência na Escola (Ensino Regular obrigatório);
- Garantir os direitos das crianças e adolescentes através de orientação e mediação com os familiares;
- Proporcionar trabalho em grupo separando crianças de adolescente;
- Propiciar um trabalho de forma motivadora de confiança e respeito com os educandos;
- Desenvolver atividades buscando resgatar a auto-estima de crianças e adolescentes, demonstrando que eles são sujeitos de direitos e conseqüentemente de deveres sociais;
- Prevenir a prostituição juvenil e gravidez precoce;
- Despertar nos envolvidos conhecimentos da realidade cotidiana, almejando despertar consciência individual e coletiva em busca de opções alternativas de sobrevivência;
- Envolver as crianças e adolescentes nas atividades comunitárias, mostrando-lhes a importância de participar, questionar, refletir sobre as decisões;
- Subsidiar os materiais necessários ao desenvolvimento educacional;
- Proporcionar aos adolescentes conhecimentos sobre as relações de produção que permeiam o mercado de trabalho;
- Encaminhar os adolescentes em idade profissionalizante, para cursos de capacitação;
- Proporcionar mediação, inserção e acompanhamento dos adolescentes pós-socializados no mercado de trabalho;
- Instrumentalizar os pais com os conhecimentos necessários para melhor educarem seus filhos evitando a prática da violência;
- Encaminhar crianças/adolescentes para tratamento a alcoólatras e toxicômanos quando necessário;
- Explicar Leis, Estatuto, Decretos de uma forma clara, para que a população obtenha os conhecimentos necessários para a convivência;
- Despertar nos gestores das famílias maior interesse quanto ao desenvolvimento de seus filhos (PARANÁ, 2001c, p. 2-3).

No trabalho realizado no Centro, estão envolvidos, mesmo que de forma indireta, as escolas, o Conselho Tutelar, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a Fundação Hospitalar São Vicente de Paula, o Poder Judiciário, a Associação de Dependentes de Álcool e outras Drogas (ADAD), o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA) e o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), entre outros. Esse trabalho conjunto ocorre tanto no atendimento às famílias, na formulação de políticas públicas, como também no principal meio de encaminhamento das crianças e adolescentes ao Programa Centro de Convivência, conforme observado no fluxograma ilustrado a seguir:

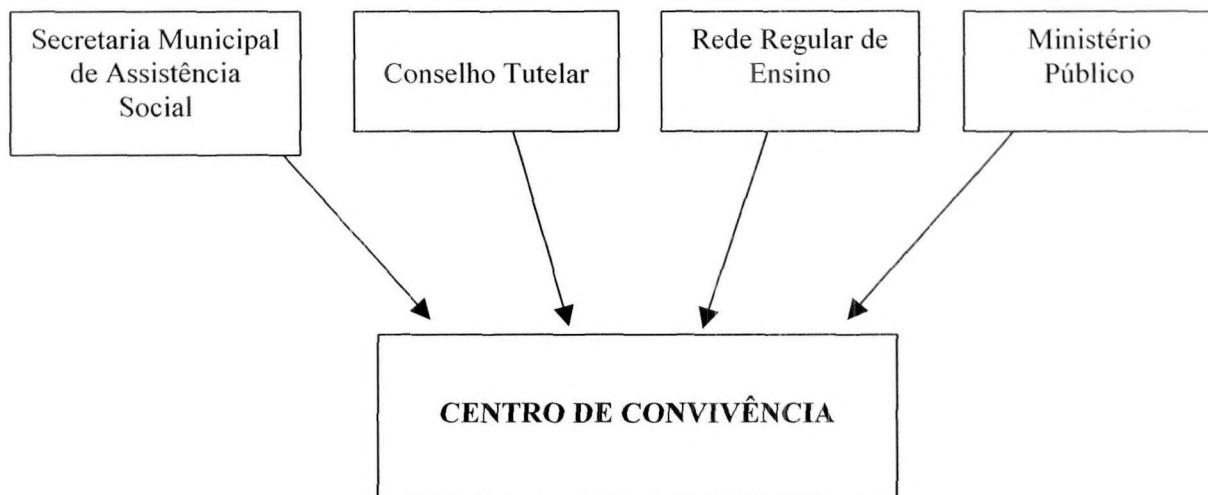


ILUSTRAÇÃO 4: FLUXO DE ENCAMINHAMENTO

FONTE: A PRÓPRIA AUTORA.

O funcionamento do Centro de Convivência se dá em período integral, apenas um dia por semana. Na ocasião da intervenção o atendimento era realizado na quarta-feira e as crianças e adolescentes freqüentavam o Centro no período contrário ao do turno escolar. Cabe salientar que o objetivo inicial era que o funcionamento ocorresse cinco dias por semana (de segunda a sexta-feira) e, em razão da falta de verba para a remuneração da equipe técnica e demais funcionários, decidiu-se pelo atendimento uma vez por semana. Para tentar “amenizar” a ausência do atendimento do programa, as crianças e adolescentes inseridas no

Centro de Convivência freqüentam os Clubes de Contra Turno Social, que funcionam de segunda a sexta-feira. Em relação à triagem das crianças e adolescentes, esta é realizada pela psicóloga e pela pedagoga.

O suporte para a operacionalização do programa, segundo o próprio projeto do Centro de Convivência, é vir ao encontro às necessidades das crianças e adolescentes, visando à participação dos pais neste processo, a fim de garantir o direito destes sujeitos. A meta de atendimento é de 20 crianças e 20 adolescentes, no entanto, estavam sendo atendidos 11 adolescentes e 4 crianças, perfazendo um total de apenas 15.

No próximo capítulo, serão abordados aspectos relacionados à realidade das famílias atendidas no Centro de Convivência, bem como se realizará uma análise das mesmas.

CAPÍTULO II

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA

2.1 APRESENTANDO AS FAMÍLIAS PESQUISADAS

O estágio desenvolvido junto ao Programa Centro de Convivência do município de Bituruna/PR realizou-se entre os meses de agosto e novembro de 2003 e as principais ações desenvolvidas foram: reuniões com os profissionais do Centro de Convivência (psicóloga e pedagoga); reuniões com o Conselho Tutelar e equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário, além de visitas domiciliares realizadas às famílias atendidas no Centro de Convivência. Objetivou-se com esta inserção o acompanhamento da situação das famílias que possuíam crianças e adolescentes que freqüentavam o programa.

Durante o período de estágio, foram realizadas visitas domiciliares e acompanhamento sistemático a 15 famílias. No entanto, para efeitos de sistemática da pesquisa, utilizar-se-á as informações obtidas no atendimento realizado com sete famílias que apresentaram em sua dinâmica aspectos relevantes que estarão dispostos e serão analisados neste capítulo.

Antes, porém, de se apresentar os dados das famílias, bem como se construir uma análise das informações obtidas na pesquisa, considera-se importante refletir sobre os conceitos e trajetórias relevantes deste grupo social, a fim de situá-los historicamente, evidenciando a situação da criança e do adolescente.

Atualmente muito se fala sobre família e entre estas informações verifica-se segundo expressões do senso comum que: “a família não cumpre mais com seus papéis essenciais de socialização e educação primária; que não dá mais conta da sobrevivência de seus membros”, dentre outras afirmativas. Porém, nem sempre foi assim. Houve tempos na história em que a

instituição família, apesar dos laços consangüíneos, se apresentava mais como uma forma das pessoas viverem em comunidade. Nas sociedades contemporâneas, viver em família assume contornos e significados bem diferentes de muitos anos atrás, assim como ser criança e adolescente também não tem o mesmo sentido do que há séculos passados.

Ao se analisar a história da humanidade, irá se verificar que por muitos séculos o fato de ser criança e adolescente não era mencionado, na verdade esta fase não existia, este segmento era visto como “adultos em miniatura”, que, portanto, deveriam receber o mesmo tratamento e participarem das mesmas atividades impostas aos mais velhos.

Um importante escritor, Philipe Ariès (1981), traz aspectos interessantes da constituição do que chamou de “sentimento de infância”, observando pela primeira vez como se formou sua história ao longo dos séculos. Foi por meio destas observações que Ariès (1981) evidenciou que as crianças eram vestidas com roupas de adultos, que participavam de jogos de azar, das festividades - inclusive das mais impróprias -, além de serem submetidas aos desejos sexuais dos adultos, tudo dentro de um *padrão de naturalidade* da época.

Ariès (1981), citando um texto italiano, fala sobre a falta de afeição dos ingleses, manifestada contra as crianças, que ficavam em casa somente até os sete ou nove anos de idade, sendo em seguida colocadas nas residências de outras pessoas, onde eram submetidas a tarefas impróprias para a idade e a fase de desenvolvimento. Nesta perspectiva, desempenhavam atividades domésticas dos 14 aos 18 anos e eram chamadas de aprendizes.

Já com relação à família, Ariès (1975, p. 231) afirma que, até o século XV, ela era “[...] uma realidade moral e social, mais do que sentimental [...]. A família quase não existia sentimentalmente entre os pobres, e, quando havia riqueza e ambição, o sentimento se inspirava no mesmo sentimento provocado pelas antigas relações de linhagem” (ARIÈS apud SZYMANSKI, 2000, p. 24)

Retratando a história da família, Szymanski (2000, p. 24) afirma como foram sendo processadas as relações sociais desse grupo, denotando-se a manifestação da família nuclear burguesa, germinando “com o surgimento da escola, da privacidade, a preocupação de igualdade entre os filhos, a manutenção das crianças junto aos pais e o sentimento de família valorizado pelas instituições (principalmente a Igreja), no início do século XVIII [...]”.

Embora houvesse neste período uma nova expressão do grupo familiar, percebeu-se ainda no século XIX, especialmente na Europa, que a população mais pobre e mais numerosa “[...] vivia como as famílias medievais, com as crianças afastadas da casa dos pais [...]”. Esta população vivia de forma semelhante aos agregados da casa-grande patriarcal do Brasil da mesma época (ARIÉS apud SZYMANSKI, 2000, p. 24).

Neste modo de viver em família, retratado acima, demonstra que os cuidados com o bem-estar físico e emocional das crianças e adolescentes; os cuidados especiais aos recém-nascidos; as preocupações com o desenvolvimento dos mesmos; entre outras, eram encaradas de forma distinta de forma distinta do que observamos atualmente, especialmente com o advento do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) que preconiza uma série de cuidados especiais para com esta fase.

É com o surgimento da burguesia que começa a ser construído um novo conceito de família, junto dele novos papéis foram definidos, bem como os cuidados com a infância, que passa a ser compreendida como uma fase relevante, que necessita de cuidados especiais, coerentes com o seu estado de fragilidade. Desta feita, coube a mulher assumir esta nova função da educação dos filhos, de disciplinamento, enfim de cuidar para que se tornassem *adultos ordeiros*. Para Freitas (2002, p. 81), “é dentro da família moderna, que as mães ocupam um lugar de destaque. Não se pode negar que é um espaço de poder. Nesse espaço uma rede de poder é traçada [...] e uma identidade é construída [...]”. Desta forma, fica claro

que a partir desta época, início do século XVIII, coube a mãe a responsabilidade de comandar a educação dos filhos.

Apesar das novas configurações da família, como por exemplo, o aumento de cuidados em favor da infância, a situação desse segmento ainda denota bastante preocupação, reflexo de um processo histórico de descaso dado a esse grupo, sendo que os relatos de violência, opressão e abandono contra crianças e adolescentes ainda perduram nos dias atuais.

A partir da década de 1950, acentuaram-se os movimentos¹⁰ e lutas sociais em todo o mundo, enfatizando a importância de garantir direitos aos membros da família que historicamente foram excluídos, com especial ênfase ao segmento criança e adolescente, que foi ao longo da história desconsiderado.

Assim sendo, no século XX, experimentou-se grandes e significativas transformações no grupo familiar, sendo que a mais importante foi o reconhecimento da criança como sujeito de direitos. Nesta direção, constrói-se a idéia de que crianças e adolescentes são:

[...] sujeitos de direitos universalmente reconhecidos, não apenas de direitos comuns aos adultos, mas, além desses, de direitos especiais, provenientes de sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, que devem ser assegurados pela família, Estado e sociedade (PONTES apud PEREIRA, 1996, p. 28).

¹⁰ Como exemplos de avanços, no tocante à legislação, pode-se citar os **documentos internacionais**: Declaração Universal dos Direitos Humanos - dezembro de 1948; Declaração Universal dos Direitos da Criança - novembro de 1959; Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança - novembro 1989; Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que trata sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego de 1973 e Convenção 182 da OIT, que trata sobre as Proibições das piores formas de Trabalho Infantil de 1999; Convenção das Nações Unidas sobre as Regras Mínimas para Administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras de Beijing de novembro de 1985; Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade e Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil - Regras e Diretrizes de Riad de dezembro de 1990; Declaração Mundial sobre a sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança nos anos 90 - setembro de 1990; Declaração do Panamá - Unidos pela Infância e Adolescência, Base da Justiça e da Equidade no Novo Milênio - novembro de 2002. Os reflexos deste avanço mundial foram materializados nos **documentos nacionais**, como: a Constituição Federal - outubro de 1998; Estatuto da Criança e do Adolescente - julho de 1990; Leis Orgânicas de Saúde - setembro de 1990; Lei Orgânica de Assistência Social - dezembro de 1993; Lei de Diretrizes e Bases da Educação - dezembro de 1996, além dos movimentos feministas, messiânicos, religiosos, raciais, de gênero, que buscavam a inclusão social destes segmentos.

Ser cidadão é condição indispensável para portar, exercer e formular direitos. Portanto conceber a criança e adolescente como sujeitos de direitos é vê-los como cidadãos na sua condição própria, no seu presente como portadores de direitos e capazes de exercê-los. Porém, para implementar a condição de direitos das crianças e adolescentes, não basta apenas a vontade de alguns. Diversos movimentos em todo o mundo se mobilizaram ao longo do último século para garantir, por meio do texto legal, tais direitos, bem como sua implementação na realidade desse segmento, através de políticas de atenção básica na saúde, nutrição, habitação, entre outras.

Com relação à família, na sua totalidade, é possível observar que a mesma não teve, ao longo da história, uma atenção específica através de políticas que visassem uma proteção integral, ocorrendo, sim, a centralização da garantia dos direitos sociais nos indivíduos, ocasionando a sua fragmentação na forma de atenção pública.

Para efeito deste trabalho, a família será referida como sendo:

[...] um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo, mais ou menos longo e se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. É marcado por relações de gênero e, ou de gerações, e está dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida (MIOTO, 2000, p. 217).

Neste sentido, a família é entendida em toda a sua heterogeneidade e em todas as formas de arranjos sociais que ela consegue estabelecer entre os membros consangüíneos, ou não, na luta pela sobrevivência diária.

Para esta autora, constituiu-se nos últimos séculos, como um forte consenso entre muitos autores, “a idéia hegemônica de que a família estaria presente como uma instituição eterna, cujas relações definidas naturalmente (especialmente a maternidade) levariam a bom termo o processo de socialização e proteção de seus membros” (MIOTO, 2000, p. 217). Segundo esta visão, a família seria a única responsável pela sua subsistência e reprodução.

Contudo, contemporaneamente, devido às intensas modificações de ordem social, econômica e cultural, há uma alteração nesta percepção de família, entendida como ambiente de socialização e proteção, ao contrário, mobiliza -se a idéia de que este grupo social não deva simplesmente ser responsável pelo cuidado, mas sim espaço a ser cuidado conforme afirma Mito (2000, p. 217):

[...] está tomando corpo a idéia de que a família inspira cuidados em vista das grandes transformações por que passa a sociedade atual. Por isso, vai sendo priorizada a questão da cidadania das famílias e reconhecida a responsabilidade social que se deve ter em relação a elas.

Tais reflexões trazem à tona uma realidade cada vez mais presente no contexto das famílias, uma vez que as dificuldades extremas que elas enfrentam no sentido de dar conta da subsistência, saúde, educação, acessar o mercado de trabalho, entre outras, é uma tarefa que cada vez menos esses grupos conseguem garantir, reflexo de um modelo de sociedade capitalista excludente. Neste sentido, Mito (2000, p. 218) afirma que devido às:

[...] transformações profundas na sociedade contemporânea, relacionadas à ordem econômica, à organização do trabalho e ao fortalecimento da lógica individualista. Ao mesmo tempo apontam uma revolução na área da reprodução humana, mudança de valores e liberalização de hábitos e costumes. Em consequência, ocorreram mudanças radicais na organização das famílias, dentre as quais se observam, por um lado, processos de empobrecimento acelerado e de (des) territorialização gerada pelos movimentos migratórios, além da perda gradativa da eficiência do setor público na prestação dos serviços. Por outro lado, houve um enxugamento do grupo familiar (família menor) [...].

Para Goldani e Pereira (1994, 1995 apud MIOTO, 2000), tratando desta mesma questão, o que houve foi um aumento das variedades de arranjos familiares (monoparentais, reconstituídas).

Diante das transformações, no contexto atual, em que as famílias estão assumindo novos contornos conforme explicitado acima, observa-se também que este grupo vem sendo

sobrecarregado com funções que estavam a cargo do Estado, os grupos familiares são novamente os mais prejudicados, pois, por um lado, entram em um processo de acelerado empobrecimento e por outro não recebem do Estado a proteção de que necessitam. Neste sentido, cabe ao Estado a incumbência de exercer um papel de proteção às famílias, o que não vem sendo observado. Isso é justificado na formulação das políticas públicas, cujos critérios de seleção de ingresso das famílias tem uma forte orientação clientelista e fragmentada, pautada na lógica do favor e não do direito. Para Miotto (2000, p. 219):

[...] existe uma cultura prevalentemente assistencialista no âmbito das políticas e dos serviços destinados às famílias. As ações públicas estão concentradas sobre famílias que faliram no provimento de condições de sobrevivência, de suporte afetivo e de socialização de suas crianças e adolescentes. A falência é entendida como a incapacidade das próprias famílias [...].

Nesta lógica, o Estado reconhece nas famílias e não no mercado excludente os motivos para o seu fracasso, fator que contribui para a culpabilização e o estigma destes grupos. Para superar esta visão fragmentada e preconceituosa das famílias, faz-se necessário entendê-las dentro de um contexto social que nem de longe propicia oportunidades a todos. Sendo assim é imprescindível que “[...] a proposição de cuidados a serem dirigidos às famílias deve partir do princípio de que elas não são apenas espaços de cuidados, mas, principalmente, espaços a serem cuidados” (MIOTTO, 2000, p. 219).

Embora entendendo as dificuldades socioeconômicas pelas quais passam grande parte das famílias, atualmente, é necessário refletir -se sobre uma de suas importantes funções, a socialização e a proteção de seus membros. Com relação a esta questão, Kalustian (1994) resgata que é a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar de seus componentes. É nela que a criança inicia a formação de sua identidade e começa a olhar para o mundo dentro dos valores e normas concebidas no grupo familiar em que vive.

As relações familiares são de fundamental importância para os seres humanos, uma vez que é neste contexto que eles constroem a identidade, desenvolvem o sentido de pertencimento, buscam a segurança física, afetiva e emocional, bem como parte de seu desenvolvimento. A família, entretanto, sofre muitas vezes a discriminação social porque não segue os padrões econômicos, sociais e culturais exigidos pela sociedade.

A vida humana é sem dúvida a que leva mais tempo para alcançar sua independência e, mesmo que alcance seu bem-estar, sua capacidade de projetar -se esta intimamente ligada à idéia e sentimento de “pertencer” a uma família, uma comunidade, uma cultura, um momento da história humana.

Entretanto, no decorrer da existência, muitos são os fatores que afetam a família (econômicos, emocionais, afetivos, sociais), que, por muitas vezes, trazem reflexos diretos na vida dos filhos. Desta forma, vê-se pais abdicando, voluntária ou involuntariamente, do papel de responsáveis e protetores, deixando os filhos crescerem a sua própria sorte. Isso ocasiona sérios prejuízos no desenvolvimento biopsicossocial e cultural das crianças e adolescentes. Segundo Szymanski (2002, p. 12), o importante papel da família proporciona trocas afetivas que:

[...] imprimem marcas que as pessoas carregam a vida toda, definindo direções no modo de ser com os outros afetivamente e no modo de agir com as pessoas. Esse ser com os outros, aprendido com as pessoas significativas, prolonga-se por muitos anos e frequentemente projeta-se nas famílias que se formam posteriormente.

Neste sentido, segundo Szymanski (2002, p. 13), a maneira conforme se trata uma pessoa vai influenciar significativamente na constituição das relações e este “tratamento” pode ser denominado de solicitude que:

[...] analisada numa perspectiva existencial de Heidegger, pode ser vivida tanto de forma autêntica como deficiente, na primeira perspectiva, é

orientada pela consideração, respeito, paciência, tolerância e esperança. Na Segunda, a forma deficiente, é vista pela desconsideração, impaciência, intolerância ou negligência [...] outra forma de solicitude deficiente é quando se desenvolve a dependência e dominação.

Estas reflexões são pertinentes no sentido de se perceber que tanto as formas de desconsideração, impaciência, intolerância e negligência quanto às expressões de dependência e dominação são prejudiciais ao desenvolvimento humano, influenciando na formação dos adultos, que passam a ter problemas por conta da infância e adolescência que experienciaram.

Salienta-se que as dificuldades familiares estão postas no cotidiano desse grupo, no exercício das funções maternas e paternas, também associadas às dificuldades socioeconômicas de alimentação, habitação, saúde e educação. Outros fatores significativos são o alto número de desempregados, pessoas vivendo sem renda, além das questões relacionadas à violência e ao tráfico e consumo de drogas, especialmente, na atual conjuntura, em que as dificuldades são, cada dia, mais crescentes. Conforme afirma Gueiros (2002, p. 102):

Temos observado que, à medida que o Estado restringe sua participação na ‘solução’ de questões de determinados segmentos - como, por exemplo, crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiências e pessoas com problemas crônicos de saúde - a família tem sido chamada a preencher esta lacuna, sem receber dos poderes públicos a devida assistência para tanto.

Deste modo, não se pode deixar de considerar as dificuldades que as famílias enfrentam todos os dias no decorrer de suas vidas. Costumeiramente o que se vê são os órgãos públicos e a sociedade em geral culpar estes grupos de “sua má sorte, da pobreza e da desgraça”. Deixa-se aqui, desta forma, de se considerar o momento político e econômico pelo qual o país passa e seus reflexos na vida da população, restringindo -se a uma visão focalista da história e de culpabilização do indivíduo.

Portanto, para que se possa desenvolver um trabalho efetivo com as famílias, em conformidade com os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), priorizando-se a atenção integral às crianças e adolescentes, é preciso trabalhar de forma a levar em conta não só as dificuldades do cotidiano, mas também a conjuntura econômica, social e cultural, em que esse segmento está inscrito.

Neste sentido, é importante ter em mente que a família é um universo complexo, envolvendo múltiplas relações que evidenciam a sua especificidade, devendo este aspecto ser levado em conta quando se trabalha nesta área. Assim,

[...] para compreender e desenvolver projetos de atenção às famílias, o ponto de partida é o olhar para esse agrupamento humano como um núcleo em torno do qual as pessoas se unem, primordialmente, por razões afetivas, dentro de um projeto de vida em comum, em que compartilham um cotidiano, e, no decorrer das trocas intersubjetivas, transmitem tradições, planejam seu futuro, acolhem-se, atendem os idosos, formam crianças e adolescentes (SZYMANSKI, 2002, p. 10).

Neste processo, não se pode perder de vista a atenção integral às crianças e adolescentes, assegurando, entre outras coisas, o direito à convivência familiar, estabelecendo-se políticas de atendimento para este segmento, baseadas no respeito e reconhecimento das suas especificidades. As políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes foram previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, nos artigos 86 à 89, e regulamentadas por leis específicas de cada município, levando em consideração a realidade local.

No entanto, apesar da possibilidade de se considerar a realidade dos municípios, o artigo 101, do ECA, refere-se às medidas específicas de proteção, em seu inciso II, fazendo menção à orientação, apoio e acompanhamento temporários, que se concretizaram nos programas de orientação e apoio sócio-familiar. Tais programas prevêem, além do

atendimento às crianças e adolescentes, também o acompanhamento às famílias, pois é considerado de fundamental importância o trabalho com as mesmas.

Dentro desta perspectiva, em Bituruna, foi criado o Programa Centro de Convivência, que prevê, além do atendimento às crianças e adolescentes, o acompanhamento às famílias, pois se entende “que é a unidade familiar - e não os indivíduos - que se toma como base para considerar o eixo dos programas [...]” (DRAIBE, 1994, p. 109). Desta forma, considera-se também a responsabilidade das famílias nas situações apresentadas pelas crianças e adolescentes, sendo incoerente um trabalho sem a participação desses grupos.

O acompanhamento familiar, do serviço social e da psicologia, está previsto nos objetivos do Programa Centro de Convivência, no entanto, isso não vinha sendo realizado de forma sistemática, pois não existia disponibilidade integral de um profissional. Este acompanhamento, quando necessário, era realizado pela assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário, que acumulava as duas funções.

Nesta perspectiva, num esforço para implantar no Centro de Convivência o atendimento sistemático do Serviço Social, optou-se, no decorrer do estágio, pelo acompanhamento às famílias das crianças e adolescentes que freqüentavam o programa, por ser esta uma necessidade do município. Neste período, 15 famílias foram acompanhadas, entre os meses de agosto e novembro de 2003, cujos filhos freqüentavam o Programa Centro de Convivência. No decorrer do desenvolvimento do projeto, através de entrevistas com as famílias, obteve-se informações referentes a diversos aspectos da vida desse segmento.

Cabe salientar que as entrevistas realizadas foram de ordem “focalizadas” (GIL, 1999, p. 120), ou seja, não havia um roteiro pré-estabelecido, não obstante ter se levado em consideração aspectos que possibilitassem um maior conhecimento da realidade das famílias, como: composição familiar, moradia, situação socioeconômica (emprego e benefícios

recebidos por meio de programas sociais), escolaridade, saúde, motivos do encaminhamento ao Programa, entre outras informações.

Ao longo do estágio, foram acompanhadas 15 (quinze) famílias, porém, aqui, será exposto o contexto de 7 (sete) delas para efeito de melhor sistematização das informações.

Com a finalidade de evitar constrangimentos de qualquer ordem, bem como referendando questões éticas e de sigilo necessário no processo de pesquisa, não serão citados os nomes das pessoas envolvidas. Para identificar os grupos familiares pesquisados, utilizar-se-á a seguinte denominação: família 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7. É dentro desta lógica que se construiu as informações pertinentes às famílias pesquisadas, que serão apresentadas nesta oportunidade.

FAMÍLIA 1

➤ Composição Familiar

Esta família é composta por 6 pessoas, o genitor com 3 filhos, sua companheira e uma filha. Os filhos do genitor moraram um tempo com a mãe, porém, na ocasião da intervenção, estavam residindo na moradia do pai.

➤ Moradia

No início do atendimento, esta família residia num bairro localizado nas redondezas da cidade, onde pagavam aluguel. Em virtude do fato de o genitor estar desempregado e sua companheira não exercer uma atividade remunerada, tiveram que mudar para um local bem mais afastado do Centro da cidade, o que inclusive passou a dificultar a ida das crianças para a aula devido a grande distância. Neste local, dividiam uma casa com outra família com cinco pessoas e o “limite” de uma família e de outra era determinado pela existência de uma parede.

➤ **Situação Socioeconômica**

Em relação às condições socioeconômicas, a família estava passando por dificuldades, haja vista a falta de emprego. A única fonte de renda, no momento da intervenção, eram os recursos advindos de trabalhos temporários do genitor, “bicos”, conforme ele mesmo se referiu. A genitora estava desempregada há mais de um ano. Além dos trabalhos temporários, recebiam um benefício do Bolsa Escola (repasse do governo federal) no valor de R\$15,00 reais no total, referente a uma criança.

➤ **Escolaridade**

Com relação à escolaridade, os genitores estudaram até a 4ª série do ensino fundamental. Já as crianças estavam estudando na rede regular de ensino, sendo uma na 1ª série, duas na 2ª série e um na 3ª série da Escola Municipal Bento Gonçalves. No período contrário ao horário das aulas, estavam freqüentando o Programa de Contra Turno Social Clube do Abelhinha que fica ao lado da escola.

➤ **Saúde**

Em relação à Saúde, não relataram qualquer problema que necessitasse de acompanhamento contínuo e quando precisavam de atendimento imediato (clínico ou odontológico), recorriam ao Hospital Municipal São Vicente de Paula e ao Posto de Saúde Municipal.

➤ **Motivos de encaminhamento ao Centro**

As razões que fomentou o encaminhamento da família ao Centro de Convivência, foram as faltas escolares do filho mais velho de 10 anos, adicionadas à violência doméstica praticada contra o mesmo. A violência foi observada também na realidade da outra filha de 8 anos.

➤ **Eventuais Conflitos (intrafamiliar e extrafamiliar)**

Nesta família, ocorreu um fato, em 2002, que indignou e sensibilizou toda a cidade. O genitor, ao ver os filhos brigando, queimou a mão de um deles com óleo quente, alegando que havia perdido a paciência com aquela situação. Em virtude disto, o genitor ficou preso por dois meses e em seguida passou a responder o processo em liberdade. No decorrer da pesquisa, continuava respondendo à ação e teve que comparecer ao Fórum da Comarca de União da Vitória, por algumas vezes, com a finalidade de prestar esclarecimento a respeito do caso.

Aproximadamente um mês antes de se iniciar o acompanhamento da família, o genitor envolveu-se em nova situação de violência intrafamiliar, desta vez batendo em uma de suas filhas, sendo detido por 19 dias. Também está respondendo processo por esta situação.

FAMÍLIA 2

➤ **Composição Familiar**

A família é composta por oito pessoas: a genitora, os seus seis filhos e o seu companheiro. A filha mais nova, de cinco meses, é do casal, os outros são provenientes de relação anterior.

A idade das crianças na ocasião da intervenção era de cinco meses a 17 anos. A genitora tem 42 e seu companheiro 27 anos.

➤ **Moradia**

A família reside num bairro próximo ao Centro da cidade. A casa é própria, adquirida por meio de um programa de moradia popular, tem um quarto, uma cozinha, um banheiro e um quarto no lado de fora. Na residência, vivem oito pessoas.

No momento das visitas, observou-se a ausência de cuidados básicos com a saúde, tendo em vista que a família convive com os dejetos de animais domésticos que vivem no

pátio.

➤ **Situação socioeconômica**

Na ocasião da intervenção todos os membros familiares encontravam-se desempregados. A genitora já trabalhou em fábrica de móveis, ripas e lâminas (setor industrial), e o genitor em fábrica de bolinhas (material usado para fabricação de esteiras para assentos de carro). O filho mais velho tem 18 anos e ainda não estava inserido no mercado de trabalho.

A família estava incluída nos programas de repasse federal (Vale-Gás e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI) bem como cadastrada no Programa Municipal de Auxílio Nutrição (cesta básica e leite).

➤ **Escolaridade**

A genitora e seu companheiro não chegaram a concluir as séries iniciais. O filho mais velho parou de estudar na sétima série e não pretende retomar os estudos, pois no momento não tinha interesse. Um dos filhos estava na sexta e outra na quarta série do ensino fundamental, ambos freqüentam o Clube de Contra Turno Social do Formiguinha em horário oposto à escola. Os outros membros da família ainda não estavam em idade escolar e não freqüentavam a creche.

➤ **Saúde**

A família não relatou nenhuma situação que necessitasse de atendimento sistemático e quando é necessário alguma intervenção nesta área recorrem ao Posto de Saúde e ao Hospital Municipal São Vicente de Paula.

Apesar de não se referirem a problemas de saúde, identificou-se que o filho mais velho (18 anos) da genitora faz uso de drogas e bebidas alcoólicas e, na ocasião da intervenção, estava internado por 45 dias no Hospital Comunidade Terapêutica Dr. Warrif Molta (mais conhecido como Hospital HJ). Em virtude de não ser um local adequado para o tratamento de

sua dependência, logo que saiu da instituição retornou ao uso de bebidas alcoólicas e drogas.

O genitor e a genitora também apresentam dependência com relação ao alcoolismo.

➤ **Motivos de encaminhamento ao Centro**

Os motivos do encaminhamento ao Centro de Convivência são as reiteradas faltas escolares, a fuga do lar e os pequenos furtos de um dos adolescentes, a situação de drogadição e alcoolismo do outro filho e as faltas escolares de uma das filhas.

➤ **Eventuais Conflitos (intrafamiliar e extrafamiliar)**

A família em tela apresentava vários problemas de relação intrafamiliar e extrafamiliar, tendo sido observados discussões e conflitos constantes com a comunidade. Com a última, a dificuldade maior é o alcoolismo, pois, em razão do uso de bebidas, os filhos promovem festas e barulhos excessivos em horários não permitidos, fato que traz diversos transtornos tanto para a família como para o seu entorno.

FAMÍLIA 3

➤ **Composição Familiar**

São cinco pessoas, morando na mesma residência: a genitora e quatro filhos. Porém, observou-se que o ex-marido e uma filha já casada mantêm estreita relação com a família analisada. Os filhos têm entre quatro e 19 anos.

➤ **Moradia**

A residência é própria, concedida pela Prefeitura Municipal e tem uma sala, uma cozinha, um banheiro e um quarto.

➤ **Situação Socioeconômica**

Em relação à situação de trabalho, no momento da intervenção, não havia nenhuma renda fixa no núcleo familiar, haja vista que a genitora estava desempregada, os filhos não tinham idade para trabalhar e a filha mais velha de 19 anos não residia com a família, pois

morava com o companheiro. Segundo a genitora, seu ex- marido contribuía com o pagamento da luz, água e mantimentos.

Como estratégias de sobrevivência a família está inserida nos programas de repasse federal (PETI e Vale-Gás) e no Programa Municipal de Auxílio Nutrição (cesta básica e leite).

➤ **Escolaridade**

A genitora não freqüentou nenhuma instituição de ensino. Já os seus filhos estavam incluídos no atendimento escolar: uma das filhas estava na 5ª série do Colégio Santa Bárbara e os dois filhos estavam na 1ª e 2ª série da Escola Municipal Antônio Baby. Os três freqüentavam o Clube de Contra Turno Social do Formiguinha.

➤ **Saúde**

Não relataram nenhum problema que exigisse o uso de medicação contínua ou atendimento sistemático, quando necessitavam de intervenção especializada recorrem ao Posto de Saúde do Centro e a Fundação Hospitalar São Vicente de Paula.

Embora não sejam admitidos pela família, foram observados problemas decorrentes do uso de bebidas alcoólicas pela genitora, que já esteve por diversas vezes em processo de tratamento. Há um indicativo do Ministério Público para uma possível internação, caso a situação não se modifique, a partir do atendimento da terapeuta da Associação de Dependentes do Álcool e outras Drogas (ADAD), da psicóloga do Centro de Convivência e da freqüência à Pastoral da Sobriedade (grupo de apoio aos usuários de álcool e outras drogas).

➤ **Motivos de encaminhamento ao Centro**

Devido aos conflitos e faltas escolares da filha adolescente e também por suspeita de exploração sexual comercial da mesma jovem. Outro fator que justificou a intervenção do programa foi o envolvimento em situações de alcoolismo, as quais a família estava exposta.

➤ **Eventuais conflitos (intrafamiliar e extrafamiliar)**

Em relação à existência de conflitos intrafamiliar este não foi detectado, a única situação de risco parece ser o uso de bebidas alcoólicas pela genitora.

Quanto aos conflitos extrafamiliares, eles ficaram bastante evidentes devido à situação de alcoolismo da genitora, acontecendo seguidamente desentendimentos com a vizinhança, inclusive, havendo ocasiões em que “brigas” acontecem com a utilização de armas (facão, facas, foice, entre outros). A situação de conflito é do conhecimento do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de União da Vitória/PR, da Segurança Pública Municipal, do Conselho Tutelar e da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário, órgãos que estão tomando as providências que o caso requer.

FAMÍLIA 4

➤ **Composição Familiar**

É composta por 11 onze pessoas, das quais nove vivem na mesma casa e três mudaram recentemente para as proximidades do local. Na ocasião moravam na residência a genitora, quatro filhos, três netos e uma nora. Uma outra filha e um neto foram viver em outra moradia, porém mantêm laços com a família. Os filhos e os netos têm entre 1 e 25 anos.

A família passou por uma situação de perda em novembro de 2003, quando o genitor faleceu vítima de um acidente de trabalho com um trator.

Em virtude da morte do genitor, um dos filhos com sua família (esposa e filho) mudaram-se para a casa da mãe viúva. A residência foi dividida com um compensado, para que as duas famílias pudessem se acomodar.

➤ **Moradia**

A residência é própria, de madeira, fica num bairro distante da cidade, sendo composta por: uma cozinha, três quartos e um banheiro. Por ocasião da mudança de um dos filhos, citado anteriormente, foi ampliada a residência, construindo -se nos fundos da casa, mais uma

dependência.

➤ **Situação Socioeconômica**

A situação da renda familiar igualmente se alterou com o falecimento do genitor, pois este era o único membro que desempenhava uma atividade remunerada. Anteriormente, a família recebia a parcela do seguro-desemprego referente ao último trabalho do genitor, juntamente com o salário advindo do corte de lenha, totalizando cerca de dois salários mínimos, o que mantinha o sustento de todos. Os demais membros não desempenhavam atividades remuneradas, sendo que a genitora cuidava da casa e eventualmente trabalhava na colheita de erva-mate. Uma das filhas, com idade para exercer alguma atividade remunerada, tem um bebê recém-nascido, o que inviabiliza sua inserção no mercado de trabalho.

Por ocasião do falecimento do genitor, o grupo ficou desprovido de rendimentos, e a genitora entrou com um processo de pensão por morte, junto ao INSS, que passou a ser fonte de renda para a família. O filho mais velho, que se mudou para a residência, juntamente com sua esposa e filho, após o falecimento do genitor, passou a contribuir com o pagamento da conta de água e luz.

A família recebeu auxílio eventual da Assistência Social do município, sendo atendida com o fornecimento de cesta básica em novembro e dezembro. Já no mês de janeiro, o benefício do INSS foi concedido, proporcionando uma renda fixa à família e a sua automática exclusão do auxílio eventual da Assistência Social.

A família estava incluída nos programas de repasse federal (Bolsa Escola e Vale-Gás) em virtude de seu filho freqüentar a escola.

➤ **Escolaridade**

Em relação à educação, observou-se que a genitora é analfabeta; uma das filhas parou de estudar na 7ª série devido à gravidez; outra parou na 6ª série e não manifestava interesse em continuar; um dos filhos estava cursando a 5ª série do Colégio Santa Bárbara bem como

freqüentava o Clube de Contra Turno Social do Abelhinha e duas das netas estavam no pré da mesma escola.

➤ **Saúde**

A genitora relatou que a família não tem problemas de saúde que exigisse a utilização de remédios controlados ou atendimento sistemático. Todos recorrem ao Centro de Saúde do Bairro São João e a Fundação Hospitalar São Vicente de Paula, quando necessitam de alguma intervenção específica.

➤ **Motivos de encaminhamento ao Centro**

A família relata ser devido às faltas escolares de um dos filhos, que, além disso, estava dormindo constantemente fora de casa sem permissão da genitora, o que demonstra o não cumprimento das regras domésticas.

➤ **Eventuais conflitos (intrafamiliar e extrafamiliar)**

O único conflito identificado é a situação de rua do filho adolescente, pois o mesmo passou a dormir fora de casa sem o consentimento da genitora.

FAMÍLIA 5

➤ **Composição Familiar**

É composta pela genitora, quatro filhos e o companheiro. O filho mais velho é proveniente de uma outra relação da genitora e as meninas são filhas do atual companheiro.

As crianças têm idade entre 2 e 10 anos.

➤ **Moradia**

No momento da intervenção a residência era própria, de madeira, com dois quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro. Também contava com um pátio que possibilitava um espaço para as crianças brincarem. Contudo, no início do mês de dezembro a família mudou-se para o município de Mafra/SC, perdendo-se o contato com os mesmos.

➤ **Situação Socioeconômica**

Quando se iniciou a intervenção com a família, a genitora estava trabalhando na Indústria Geyer. Seu companheiro estava trabalhando em Mafra (cidade que fica há aproximadamente 250 km de Bitururna) em um torno de madeira. Alguns dias depois de se iniciar a intervenção, a genitora parou de trabalhar em virtude dos problemas apresentados por seu filho e também porque decidiu mudar-se para Mafra, junto de seu companheiro, o que levou aproximadamente dois meses para se concretizar.

A família estava inserida nos programas de repasse federal (Bolsa Escola e Vale Gás), que se constituíam em um complemento da renda familiar.

➤ **Escolaridade**

O filho mais velho era o único membro inserido na rede regular de ensino, freqüentava a 4ª série do ensino fundamental, na Escola Frei Thiago Luchesi; os genitores estudaram até a 4ª série e quanto às meninas apenas uma freqüentava a creche Pingo de Mel.

➤ **Saúde**

Sobre o aspecto saúde, a família não relatou nenhum problema que exigisse o uso de medicamentos contínuos, quando necessitavam de atendimento clínico e odontológico procuravam o Centro Municipal de Saúde e o Hospital Municipal São Vicente de Paula.

➤ **Motivos de encaminhamento ao Centro**

A família em tela foi encaminhada ao Centro de Convivência devido às inúmeras faltas escolares do filho mais velho. A genitora relatou que desde quando freqüentava a 1ª série este fato vem se repetindo, agravando-se a cada ano. A criança chegou a abandonar a escola por completo, saía de casa com destino a unidade escolar e ficava pela rua.

No decorrer da intervenção, ficaram evidentes outras situações apresentadas pela criança como episódios de furtos e constantes fugas do lar. Nestas ocasiões, a genitora empenhava-se na procura de seu filho, muitas vezes, sem sucesso.

➤ **Eventuais conflitos (intrafamiliar e extrafamiliar)**

A situação de violência familiar não ficou evidente, porém percebeu-se no relato da genitora, que esta acredita ter “deixado o filho de lado”, ou seja, tenha dispensado mais atenção às filhas que são de seu atual relacionamento, não dando a atenção necessária ao filho. A genitora também relatou que o filho não tem uma boa relação com o padrasto.

Em atendimentos com a criança não foi possível identificar situações de violência, haja vista ser o menino muito introspectivo, dizendo apenas que gostava das irmãs e da mãe.

Por ocasião da mudança para o município de Mafra, perdeu-se o contato com a família, pois a mesma não forneceu o novo endereço.

FAMÍLIA 6

➤ **Composição Familiar**

A família era composta pela genitora, genitor, dois filhos e uma neta, que viviam na mesma residência, tendo ainda outra filha que é casada e vivia em outro bairro.

➤ **Moradia**

A casa é própria, de alvenaria, tem três quartos, sala, cozinha, banheiro, sacada e pátio. A família reside em um bairro próximo ao Centro da cidade.

➤ **Situação Socioeconômica**

Dois membros da família desempenhavam atividade remunerada, o genitor trabalhava na coleta de madeira e lenha para uma Indústria e a genitora era auxiliar de serviços gerais no Hospital Municipal São Vicente de Paula.

A filha mais velha, na época da intervenção, tinha 17 anos e estava desempregada, ficando em casa para cuidar de sua filha de 1 ano e 5 meses.

A família estava inserida no programa de repasse federal (Vale-Gás).

➤ **Escolaridade**

Apenas o filho do casal que freqüentava o Centro de Convivência estava inserido na rede regular de ensino, a filha parou de estudar na 8ª série e não manifestou interesse em retornar aos estudos. Quanto aos genitores, não chegaram a completar as séries iniciais.

➤ **Saúde**

Quanto ao aspecto saúde, a genitora relatou fazer uso de tranqüilizantes, pois apresenta problemas no sistema nervoso em virtude das situações de alcoolismo de seu marido. Este deveria tomar medicação para problemas do sistema nervoso (*tregretardes*), porém não o faz em razão do uso de bebidas alcoólicas. Segundo a genitora, o marido não aceita fazer tratamento, porque nega sua dependência. Já recebeu diversas visitas da Terapeuta da ADAD, todavia não reconhece que necessita de tratamento.

A genitora também relatou que o filho tem problemas no sistema nervoso e toma medicamentos controlados.

➤ **Motivos de encaminhamento ao Centro**

Devido às reiteradas faltas escolares do filho, além da situação de rua que o mesmo apresenta.

➤ **Eventuais conflitos (intrafamiliar e extrafamiliar)**

Sobre este aspecto, observou-se que a família vive em intensos conflitos devido, principalmente, aos problemas relacionados ao uso contínuo de bebidas alcoólicas pelo genitor.

Segundo a genitora (que chorava sempre que mencionava tal fato), o genitor fica agressivo quando bebe, e como este fato ocorria quase que diariamente, a situação familiar estava sendo um “inferno”, conforme as próprias palavras dessa senhora.

A progenitora também relatou que o genitor e a filha diversas vezes entram em conflito e que os desentendimentos entre os filhos igualmente eram freqüentes, fatos que

contribuíram para que o menino mais novo saísse de casa e ficasse por dois ou três dias dormindo na casa de amigos.

FAMÍLIA 7

➤ Composição Familiar

Residiam na casa, o genitor, a genitora, um filho e um neto. No entanto, os outros sete filhos do casal residem nas proximidades.

Percebeu-se que às vezes os netos ficam um tempo residindo com os avós e depois voltam a morar com os pais.

Um dos filhos do casal, segundo o genitor, foi morar, por algum tempo, em Curitiba, na casa de uma das irmãs, porém estava para retornar a viver com os mesmos.

➤ Moradia

Esta família reside num bairro distante da cidade. A casa é própria, totalmente quitada, de madeira e tem: três quartos, cozinha, banheiro e varanda, onde estavam residindo quatro pessoas.

➤ Situação Socioeconômica

O genitor é o único membro que estava desempenhando um trabalho remunerado, sendo vigia de uma firma de compensados, com renda de aproximadamente dois salários mínimos.

A família conta ainda com um complemento de renda, referente ao aluguel de duas casas, que não excede o valor de $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

A genitora dispensa seus cuidados com a casa e com o neto. O filho que reside com o casal é adolescente e não tem idade para trabalhar.

➤ **Escolaridade**

Somente o filho estava freqüentando a 6ª série do Ensino Fundamental do Colégio Santa Bárbara pela manhã e no período da tarde freqüentava o Clube do Abelhinha. A genitora não é escolarizada. O genitor, na ocasião da intervenção, acabará de concluir a 4ª série do ensino fundamental, fato que o deixou muito satisfeito e orgulhoso, pois considera de suma importância os estudos. Lamentou não poder continuar, pois não pode se dirigir ao Centro da cidade no período noturno, para concluir o supletivo, pelo fato de que trabalha neste horário. O neto freqüentava a pré-escola na Escola Municipal Bento Gonçalves.

➤ **Saúde**

Em relação ao aspecto de saúde, a genitora relatou ter problemas de enxaqueca e depressão, devido a este fato faz tratamento constante. Quanto ao genitor relatou ter diabetes e, em virtude desse problema, freqüentava o programa de diabetes do município, que lhe proporciona encontros de auto-ajuda, avaliações periódicas, acesso a medicamentos e inclusão em programas de esportes.

Quando a família necessita de atendimento médico e dentário procura o Posto de Saúde do Bairro São João e o Hospital Municipal São Vicente de Paula.

➤ **Motivos de encaminhamento ao Centro**

Em virtude das brigas escolares de um dos filhos, o de 12 anos, bem como devido aos problemas referente a outro filho, o de 14 anos, que se envolveu com furtos, suspeita de uso de drogas e aliciamento sexual cometido contra ele por um senhor da comunidade.

➤ **Eventuais conflitos (intrafamiliar e extrafamiliar)**

Com relação a este item, observou-se que a família não aceita o comportamento do filho que estava vivendo em Curitiba, por isso foi decidido que ele deveria morar com a irmã. Há suspeitas de que o jovem estivesse envolvido com drogas, além da suspeita de aliciamento sexual, fato que a família rejeita.

Segundo a genitora esse filho apresenta um comportamento agressivo e de constantes fugas desde os 11 anos e ela relata não saber o porquê. O filho estava freqüentando o Centro de Convivência até agosto, quando foi para Curitiba.

2.2 DEMANDAS APRESENTADAS PELAS FAMÍLIAS E A FORMA COMO ESTAS VEM SENDO ATENDIDAS.

As famílias pesquisadas no decorrer do estágio realizado no Centro de Convivência apresentaram demandas e necessidades que se evidenciaram nos seguintes aspectos: ausência de trabalho, situação habitacional precária, baixo nível de escolaridade dos genitores, acesso restrito à saúde com qualidade de vida, violência social e doméstica, entre outras problemáticas sociais. Estes óbices que as famílias enfrentam todos os dias em seu universo e realidade constituem-se, na maioria das vezes, no limite da sobrevivência, sendo todos os esforços diários empregados no sentido da subsistência.

Pode-se observar tal preocupação nas palavras de Yazbek (1999, p. 84), quando enfatiza que a vida das famílias, das classes menos favorecidas, apresenta uma série de situações limites, reflexos de

[...] realidades marcadas pela destituição e subalternidade em que as diversidades, as particularidades, as circunstâncias enfim, nos revelam fragmentos de um lugar social. Em comum, a **experiência** da pobreza, **identidades construídas na carência** [grifo da autora]. Identidades que resultam de um contínuo processo de exclusão e que expressam o movimento desses sujeitos na vida social.

Este contínuo processo de exclusão, identidades construídas num ambiente de pobreza e carências, a que se refere Yazbek (1999), pode ser observado não apenas na realidade específica de algumas famílias, mas, sim, faz parte de um contexto social, fruto da sociedade

capitalista, altamente seletiva, em que poucos conseguem “um lugar ao sol”. As famílias ditas de baixa renda, que vivem no limite da sobrevivência, a maior parte sem escolaridade e trabalho formal, têm sua realidade de fato marcada pela destituição e subalternidade.

No contexto, aqui pesquisado, em Bituruna, esta situação não parece diferente, as famílias relatam no decorrer das visitas domiciliares, a expressão de suas necessidades básicas, carências e limites. Esses grupos fazem parte de uma realidade semelhante há de milhões de brasileiros que, apesar de habitarem outras regiões do país, passam pelas mesmas privações. Segundo Yazbek (1999, p. 88), “o que faz semelhantes seus depoimentos, apesar da diversidade de suas vivências, é a experiência partilhada da *pobreza, da exclusão e da subalternidade* [grifo da autora]”.

Cabe salientar que há uma discussão em torno do conceito de necessidades básicas do indivíduo. Para Pereira (2002), nos últimos anos, tem-se fomentado discussões no sentido de interpretar o que são, ou quais são as necessidades básicas¹¹ de um cidadão. Este conceito vai interferir diretamente na formulação das políticas públicas que visam à satisfação de tais necessidades.

Tamanha preocupação com relação à interpretação e decodificação das necessidades humanas básicas¹² tem seu sentido de ser, haja vista que o modelo de sociedade capitalista é

¹¹ O estudo de Pereira (2002) traz uma discussão bastante densa a respeito dos conceitos de mínimos sociais e necessidades humanas básicas. Para a autora, “o primeiro dispositivo da LOAS, que trata da definição da assistência social e a identifica como política de provisão de mínimos sociais para satisfazer as necessidades básicas, até hoje não foi regulamentado nem devidamente interpretado ou decodificado. Em decorrência tem-se, no país, uma política de assistência social sem parâmetros coerentes e confiáveis a respeito dos mínimos que deverá prover e das necessidades básicas que deverá satisfazer. Na falta desses parâmetros, tal política pode - como de fato já vem ocorrendo no Brasil e em várias partes do mundo - confundir necessidades sociais com preferências individuais (subjetivas e relativas) e, com isso, isentar o Estado de seu papel de garantidor da provisão social pública, dando vez, nesse processo, ao domínio utilitarista do mercado” (PEREIRA, 2002, p. 10). Outra discussão pertinente, trazida por Potyara, diz respeito à questão dos mínimos sociais que pressupõem uma “conotação de menor, menos”. Com relação à noção de básico é algo considerado “fundamental, principal, primordial, essencial”. Desta forma, as políticas sociais de proteção deveriam estar pautadas na garantia das necessidades básicas indispensáveis ao bem-estar do indivíduo, somente assim se garantirá os direitos fundamentais do cidadão. Uma última questão abordada pela autora é a de que também não concorda com a tendência de “equiparar necessidades humanas básicas à sobrevivência biológica, nem com a idéia, acatada até por renomados pensadores, de que as necessidades básicas são um fenômeno social relativo, sujeito a variações”.

¹² Potyara Pereira (2002) embasou sua discussão a respeito das necessidades humanas básicas nos seguintes autores: Ian Gough; Raymond Plant; Amartya Sen; Peter Abrahamson; Christopher Pierson; Ramesh Mishra;

regido por relações sociais de cunho excludente. Desta forma, deixar a “provisão social pública”, ou ao “domínio utilitarista do mercado”, significa ser conivente com uma sociedade que cada vez mais exclui e é perversa e que necessariamente não garantirá as necessidades básicas de um cidadão.

Nos relatos das famílias pesquisadas, revelam-se as estratégias de sobrevivência da vida diária. As falas expressam, conforme as palavras de Yazbek (1999, p. 89), a “experiência pessoal que traduz uma apreensão do mundo a partir de trajetórias que se dão em determinadas condições sociais, que poderíamos chamar *campo de carências* [grifo da autora]”.

Nestas manifestações de carências, percebe-se em alguns depoimentos a presença do Estado Mínimo, que focaliza a inclusão dessas famílias em programas municipais e federais de forma paliativa e inexpressiva. No mais, contam com as suas próprias estratégias para manter a sobrevivência, com a rede de solidariedade familiar e comunitária. Foram várias as demandas apresentadas pelas famílias, as principais delas estão dispostas nos itens que seguem.

2.2.1 AUSÊNCIA DE POSSIBILIDADES DE TRABALHO.

A situação de desemprego e subemprego vem se constituindo nos últimos anos em uma das maiores preocupações do mundo moderno, expressando-se nas intensas crises geradas em virtude da industrialização e das novas tecnologias. Estas drásticas transformações no mundo do trabalho foram evidenciadas na década de 1980,

Agnes Heler, os quais são referências para aos estudos sobre necessidades humanas, política social e direitos sociais. Para o aprofundamento nesta temática, sugere-se a imersão no conteúdo trabalhado por esses autores, que são referências na área.

[...] nos países de capitalismo avançado [que gerou], profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (ANTUNES, 1999, p. 15).

As profundas repercussões na subjetividade, além da materialidade, as quais se refere o autor, são pontos importantes de reflexão, na medida em que o trabalho se constituiu e ainda é um dos maiores valores para o ser humano, pois costumeiramente ouvimos por meio do senso comum que “o trabalho dignifica o homem”. Já, segundo Marx (1983, v. 1, p. 149), “o trabalho revela o modo como o homem lida com a natureza, o processo de produção pelo qual ele sustenta a sua vida e, assim, põe a nu o modo de formação de suas relações sociais e das idéias que fluem destas”.

Para Marx (1983), o trabalho é o centro das atividades especificamente humanas, é em torno do trabalho que os homens organizam suas relações sociais. Em suma, o trabalho é o que distingue o homem da natureza. É possível perceber, desta forma, o grande valor que “ter um trabalho” adquire perante a sociedade, especialmente, sobre a capitalista.

Diante desta situação, verifica-se que, além da importância que o trabalho tem para a subsistência das pessoas, sua influência é observada na constituição da auto-estima do indivíduo. Yazbek (1999, p. 97), apoiada em uma experiência com famílias de São Paulo, “identifica dois significados para o trabalho: meio de ‘ganhar a vida’ e ascender socialmente, num quadro de restrições e carências, e atividade cujo valor ético lhes confere a dignidade pessoal de trabalhadores”. Esses valores também são observados nos depoimentos dos indivíduos em estudo.

No contexto das famílias pesquisadas, observou-se que a grande maioria circunda entre os limites do trabalho informal e o desemprego, como se observa nas **famílias 1, 2 e 3**, cujos membros, no momento da intervenção, estavam desempregados, tendo como única

fonte de renda os trabalhos temporários.

As **famílias 5, 6 e 7**, tinham, no momento da intervenção, pelo menos um membro inserido no mercado formal de trabalho e com direitos trabalhistas assegurados.

A **família 4** estava aguardando o resultado de um processo de pensão por morte e mantinha a subsistência por meio de trabalhos esporádicos.

A experiência profissional dos membros das **famílias 1, 2 e 5**, é restrita a trabalhos na indústria madeireira, corte de madeira, coleta de erva -mate, ambientes em que aparece mais a figura masculina.

Das famílias relatadas, apenas na **família 6**, a genitora estava trabalhando. Na **família 5**, no início da intervenção, a genitora abandonou o emprego devido a problemas com o filho (infrequência à escola). Entre as mulheres que não estavam trabalhando, observou-se que suas experiências passadas giravam em torno de serviços domésticos, de diarista e em indústrias madeireiras.

Com relação à renda das famílias inseridas no mercado formal de trabalho, ela representava cerca de 1 a 2 salários mínimos. Quanto às famílias que apresentavam somente membros desempregados ou exercendo algum trabalho informal, não se pode precisar um valor em virtude da instabilidade da geração de renda, contudo, nos relatos, apareceram quantias inferiores a um salário mínimo.

Com a apresentação dos dados acima, pode-se verificar que a situação socioeconômica das famílias é um ponto crítico a ser analisado, já que todas elas apresentam condições precárias de subsistência. A começar pela questão trabalhista, dimensão da vida que para os entrevistados se apresenta de maneira extremamente instável, conforme afirma Yazbek (1999, p. 91), “as diferenciações observadas entre os entrevistados, quanto às formas de inserção no trabalho, evidenciam a condição comum de instabilidade ocupacional demarcada [...] tanto pelo desemprego como pelo trabalho assalariado”.

As dificuldades apresentadas pelas famílias com relação ao emprego fazem parte não só da realidade local, mas do contexto nacional e global, marcado pelo avanço da automação e pelas novas tecnologias, que a cada dia vêm diminuindo os postos de trabalho. A respeito disso, Forester (1999) já dizia que as pessoas estavam sendo eliminadas do trabalho.

Segundo Antunes (1999, p. 15), nos estudos dirigidos aos anos 80, do século passado, que é “uma década de grande salto tecnológico, [em que] a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo -se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital”, o que trouxe profundas modificações para a vida das pessoas.

Neste sentido, a industrialização e as novas tecnologias deveriam trazer benefícios aos homens, especialmente no mercado de trabalho, no entanto, este fato não foi observado. Antunes (1999, p. 41) enfatiza que: “O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna, do *desemprego estrutural* [grifo do autor], que atinge o mundo em escala global”, fator comprovado com o aumento do desemprego real em todas as classes sociais, especialmente as com menor qualificação profissional. Evidencia -se, portanto, na realidade do país e de todo o mundo, os reflexos dessas questões estruturais no universo do trabalho.

Sobre a relação trabalho e o salário insuficiente para atender às necessidades das famílias, Yazbek (1999, p. 100) cita “a vivência de uma experiência comum de pobreza”, em que as manifestações das famílias pesquisadas, embora sejam advindas de contextos distintos apresentam grandes semelhanças, fator também observado na pesquisa aqui exposta.

Além das intempéries ligadas ao próprio contexto do desemprego estrutural, que se refletem também nos indivíduos desta pesquisa, outro fator de fundamental importância que apresenta estreita relação com a ausência, ou dificuldades de acesso ao trabalho, é a questão da baixa escolaridade e simultaneamente a baixa qualificação profissional dos pesquisados, o

que se verá ainda neste capítulo.

Em meio às dificuldades enfrentadas pelos pesquisados frente à questão emprego/desemprego, é necessário mencionar os programas de repasse de benefícios sociais, de cunho federal e municipal nos quais as famílias estão inseridas. Alguns desses programas, como, por exemplo, o Bolsa Escola, Vale-Gás e o PETI, constituem-se em Programas de Renda Mínima ou Programas de Transferência de Renda, que, segundo Silva (2003, p. 239), tratam de:

mínimos que tentam manter a população pauperizada num patamar de ‘minimamente aceitável’, que tentam tornar a pobreza menos ameaçadora à ordem vigente. Portanto, mínimos distantes das demandas articuladas nas lutas sociais e muito aquém da garantia de padrões de qualidade de vida aceitáveis.

Assim, é necessário situar tais programas dentro desta lógica de reprodução da pobreza, porque se considera que são compensatórios, assistenciais, meritocráticos e seletivos, além disso, com exceção do Vale-Gás, priorizam as famílias que têm os filhos matriculados na rede regular de ensino. Desta forma, se por algum motivo a criança ou adolescente não está na escola, a família também é excluída do programa.

No contexto pesquisado, observou-se que as **famílias 1, 2, 3, 4, 5 e 6**, estão inseridas nos programas de repasse federal (Bolsa Escola, Vale-Gás e PETI), entretanto aquelas que recebem o Bolsa Escola não podem receber o PETI. Com relação aos programas municipais, a **família 2 e 3**, estão cadastradas no programa Auxílio Nutrição (cesta básica e leite), recebendo o benefício mensalmente ou até o momento em que houver a necessidade do repasse evidenciado na realidade da família.

Apesar de serem importantes no contexto das famílias, muitas vezes desprovidas de qualquer renda, esses programas por si só são insuficientes para a garantia das necessidades básicas dos cidadãos. Também se entende que tais programas são estratégias que deveriam

estar associados a outras ações que possibilitassem maior oportunidade de emancipação das famílias, como por exemplo, um programa de geração de renda pautado na realidade das mesmas.

Não há dúvida que as questões relacionadas ao emprego/desemprego fazem parte de uma das maiores preocupações das famílias pesquisadas, visto que apesar de todos os esforços da vida diária não conseguem garantir as condições fundamentais para suprir as necessidades básicas do seu grupo familiar. Tal fato, conforme relatado anteriormente nas palavras de Antunes (1999), traz profundas transformações no campo da subjetividade, no sentido de se perceber como um sujeito incapaz.

Adicionada a esta questão, existe igualmente a condição precária de habitabilidade destas famílias, que contribui para manutenção do padrão de pobreza, especialmente pela ausência de oportunidades e de serviços públicos que dignifiquem a moradia desses grupos pesquisados. Este aspecto, bem como a explanação da composição familiar, serão pontos abordados no item construído a seguir.

2.2.2 SITUAÇÃO HABITACIONAL

Neste item, procurar-se-á abordar aspectos referentes à situação habitacional dos sujeitos pesquisados e como este fator se constitui como elemento de exclusão social e subalternidade.

Nos relatos pesquisados, em vários momentos, aparecem situações de descontentamento com o local em que vivem, pois almejam residir em ambientes (ou espaços) “melhores”, e em diversos momentos consideram suas casas pequenas para o número de pessoas que nelas habitam. Outros depoimentos, no entanto, falam da importância de terem conseguido uma “casinha” e não precisarem mais pagar aluguel.

Segundo Yazbek (1999), alguns estudos falam da importância que as pessoas atribuem ao fato de terem uma casa própria, não precisarem mais pagar aluguel, parecendo ser este um importante fator que transmite maior segurança. Neste sentido, a autora relata que “a casa própria para essa população é a segurança do abrigo [...], desejo que por inúmeras vezes vale diversos sacrifícios” (YAZBEK, 1999, p. 118).

Um exemplo disso, observa-se na situação habitacional da **família 1**, em que o número de cômodos, inclusive os reservados para a intimidade e afetividade do casal, é insuficiente para o número de pessoas que estão sob o mesmo teto. Essa foi uma das famílias que mais lamentou o fato de ainda não ter sua residência própria, pois, durante a intervenção, seus componentes mudaram-se por duas vezes e estavam procurando um novo lugar para morar.

Nesta direção Kowarick (apud YAZBEK, 1999, p. 111) conceitua moradia como sendo “o mundo da sociabilidade privada, o que significa dizer ajuda mútua, brigas rivalidades, preferências, tristezas, alegrias, chatices, planos, sonhos, realizações. É, por outro lado, abrigo contra tempestades do sistema econômico”. Sendo assim, é neste espaço que fica evidenciado o universo de relações que se sucedem dentro das quatro paredes de uma casa: as relações “harmônicas/desarmônicas” que fazem a vida pior, ou melhor, a cada dia.

Outra dificuldade observada diz respeito à localização das residências pesquisadas, tendo em vista que se concentram em sua maioria em bairros da periferia, caracterizando-se como local de difícil acesso, com problemas de saneamento básico, ruas sem calçamento e sem identificação, entre outros problemas.

Esses fatores tornam a situação habitacional das famílias pesquisadas mais precárias em virtude da ausência de infra-estrutura básica. Os bairros que apresentam tais dificuldades e que fizeram parte desta pesquisa foram: Bela Vista, São João, Jardim Andréia e Bordinho (este último faz parte da área rural). Os habitantes pesquisados moram predominantemente

nos dois primeiros bairros. Cabe salientar que o bairro Jardim Andréia, onde reside a **família 6**, é um dos mais próximos do Centro da cidade e apresenta melhor estrutura que os outros.

Dentre os bairros, o São João é um dos que apresenta maior precariedade, já que se localiza em áreas de terrenos íngremes, sobre barrancos, com ruas estreitas e de difícil acesso. As ruas não são nomeadas, prejudicando a localização das famílias. Vale evidenciar que, das sete famílias pesquisadas, três habitam nesse bairro.

Para se entender a constituição do bairro São João, é importante saber que ele é composto em grande parte por pessoas que vieram das áreas rurais, com o objetivo de fixar residência no território urbano, a fim de trabalhar e criar condições de subsistência. Como não tinham proventos para adquirir um lote de terras, ou residência na cidade, compravam pequenos terrenos na área conhecida como “Madem”, hoje, o atual bairro “São João”. Esse bairro fica distante aproximadamente uns 4 km do Centro da Cidade.

Véras (1999, p. 15) aponta que a maioria das pesquisas nas favelas de São Paulo estabelece que os fatores econômicos são determinantes na questão do acesso à habitação, da mesma forma, enfatiza ainda que, devido ao baixo poder aquisitivo, as pessoas não conseguem “adquirir moradias no mercado formal”. Em Bituruna, também se observou essa situação no contexto pesquisado, especialmente, nas residências, cujas condições são precárias.

Segundo essa autora (1999, p. 20), “o componente territorial implica não só que seus habitantes devam ter acesso aos bens e serviços indispensáveis, mas que haja uma adequada gestão deles, assegurando tais benefícios à coletividade”. Essa gestão normalmente não existe, pois os bairros de periferia dificilmente recebem algum serviço essencial e necessário.

Atualmente, os moradores tentam melhorar as condições de vida no bairro São João, abrindo estradas, construindo banheiros nas residências, entre outros incrementos básicos. Entretanto, é uma tarefa difícil, visto que as condições dos terrenos são extremamente

íngremes, além do que muitas residências estão construídas sobre rochas, dificultando a construção da rede de esgoto, por exemplo. A comunidade apresenta poucas áreas de lazer destinadas a ela, possuindo uma escola de educação básica e um posto de saúde.

Com relação ao bairro Bela Vista, a precariedade das condições de saneamento não são tão evidentes. O bairro foi construído através de um projeto de habitação popular da Prefeitura Municipal. Os moradores que ali residem são, em grande maioria, provenientes de áreas ocupadas dos bairros São Francisco e Mariana.

O Poder Público municipal e a população dos bairros São Francisco e Mariana passaram a se preocupar com a ocupação desordenada que vinha sendo efetuada nesses locais, o que gerava transtornos e conflitos entre os moradores. Desta forma, a Prefeitura, a fim de coibir o crescimento desordenado, decidiu adquirir uma área, que não era muito habitada, com o objetivo de construir casas populares¹³.

Nesse bairro, algumas casas se apresentam em melhores condições de conservação e outras estão mais deterioradas. Das sete famílias pesquisadas, três residem no bairro Bela Vista. Não se encontrou na localidade serviços de saúde e educação, cujo atendimento é oferecido no Centro da cidade, sendo a distância entre um local e outro razoavelmente pequena, facilitando o acesso.

Quanto ao lazer, no bairro Bela Vista, existe apenas um campo de futebol. Nas visitas, observou-se muitas crianças brincando nas ruas, talvez pela falta de espaço para o lazer e para o desenvolvimento de atividades lúdicas. O bairro também conta com a “Casa da Esperança”, que é um local utilizado para encontros comunitários, reuniões das mulheres do bairro (Clube de Mães), entre outras atividades.

¹³ Vale registrar que os moradores que foram incluídos no programa, pagaram o valor de aproximadamente R\$ 100,00 referente à compra dos terrenos e adquiriam as casas sem demais custos. Estas, conforme os projetos de habitação popular, seguem um padrão de construção, tendo: uma cozinha, um quarto, um banheiro e uma pequena área externa.

Refletindo-se um pouco mais sobre as condições de vida dos pesquisados e levando-se em conta o local onde vivem, pode-se citar Serge Paugam (1999, p. 118-9), que traz uma discussão acerca da exclusão social. Um dos conceitos mais utilizados por esse autor para interpretar este fenômeno diz respeito à “segregação territorial”. Nesta análise, observa “como o processo de exclusão pode estar concentrado em determinados territórios”, tendo-se vários exemplos de estigmas sofridos, especialmente, nos bairros de periferia, onde a pessoa passa a ser discriminada e segregada. Esta realidade, do mesmo modo, é observada em Bituruna, quando se ouve frases do tipo: “tinha que ser do São João”, “eu sabia que era do Bela Vista”.

Em relação ao bairro Jardim Andréia, ele é um dos que apresenta melhores condições de habitabilidade na cidade, boas condições de saneamento, ruas arborizadas, com nomes e calçadas, com boa disposição de serviços básicos como saúde, educação e lazer.

Segundo Santos (apud VÉRAS, 1999, p. 20) “cada homem vale pelo lugar onde está. O seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território [...] A possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está”. Neste sentido, a identidade dos cidadãos é necessariamente confundida com a representação que se tem do bairro em que vivem, assim, se um local apresenta maior índice de violência, por exemplo, as pessoas que lá habitam também passam a ser consideradas violentas, sendo, portanto, portadoras de um estigma que as coloca em um patamar de exclusão social.¹⁴

Desta feita, precisa-se romper com este paralelo, em que a comunidade evidenciada, por si só determina o perfil dos moradores que lá residem. Até porque se compreende que a permanência em lugares sem infra-estrutura, com alto índice de violência social e urbana, entre outras problemáticas, não denota a preferência de moradia para tais famílias, mas, sim, deflagram a ausência de outras possibilidades.

¹⁴ Para saber mais sobre o assunto “exclusão social”, consultar os autores: Milton Santos, Lúcio Kovarick, Pedro Jacobi, José Álvoro Moisés, Francisco de Oliveira, Eva Blay, Lícia Valladares, Alba Zaluar, Erminia Maricato,

Atrelado à questão da moradia, está também o aspecto da escolaridade, ou ausência dela, tópicos que foram evidenciados no decorrer da pesquisa e que serão explanados no item que segue.

2.2.3 EDUCAÇÃO

Neste item, serão descritos aspectos relacionados ao nível de escolaridade das famílias pesquisadas e seus possíveis reflexos na realidade socioeconômica, política e cultural desses grupos. Para tanto, recuperar-se-á o embasamento legal referente ao tema e, por fim, serão relacionados aspectos dessa realidade com o mundo do trabalho, bem como sua importância para as famílias que fazem parte deste estudo.

Atualmente, é quase impossível imaginar a vida sem a educação escolar, pois como conceber o mundo sem a possibilidade da leitura e escrita, com as importantes transformações para a sociedade moderna, sem as possibilidades do conhecimento e mesmo a aquisição de informações.

Além da dimensão que a educação apresenta na formação intelectual e moral do cidadão, atribuiu-se a ela, nos últimos anos, também a incumbência da “qualificação para o trabalho”, conforme prescrita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394/97, que, em seu artigo 1º, dispõe sobre a regulamentação da educação nacional:

Art. 1 A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Parágrafo 1- Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

Parágrafo 2- a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social (COLETÂNEA DE LEIS, 2001, p. 225).

No artigo 2, da mesma Lei, enfatiza-se a vinculação da educação ao mundo do trabalho:

Art. 2 A educação, dever da família e do Estado, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (COLETÂNEA DE LEIS, 2001, p. 225).

Nesses artigos da LDB, pode-se perceber nitidamente a orientação no sentido de vincular educação ao trabalho. A análise da educação, dentro desta perspectiva, é de fundamental importância na sociedade contemporânea, na qual se observa, a cada dia, com maior frequência, a ligação entre nível de escolaridade e oferta de trabalho, ponto polêmico na realidade das famílias pesquisadas.

Contudo, é importante ressaltar que a educação nem sempre teve esta incumbência de formação para o trabalho, nas sociedades antigas (Idade Média e Moderna), por exemplo, os ofícios eram aprendidos na própria comunidade. Contemporaneamente (especialmente no último século), esta situação se alterou e a escola passa a ser também espaço de qualificação para o trabalho, conforme especifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A escola também nem sempre foi destinada a todos, ela surgiu muito mais para servir as classes dominantes que a cada período foram sendo alternadas (inicialmente, a nobreza - séculos XV e XVI; a burguesia - século XVII a XIX e hoje a classe média alta - século XX e XXI) como preconizadoras do acesso aos privilégios da educação.

Nos dias atuais, é consenso afirmar que todos têm direito à educação, especialmente em idade condizente, ou seja, dos 7 aos 14 anos, para o ensino fundamental, e, dos 15 aos 17, para o ensino médio. Na prática, como em outras áreas das políticas públicas, essa situação não se efetiva para todos, na maioria das vezes, devido a fatores relacionados às novas prerrogativas do Estado, que vem transferindo para o mercado, para a sociedade e para a família a viabilização desse direito que deveria ser público.

Muitos são os fatores que levam à falta de acesso à escola, ou ao abandono da mesma, entre eles, é possível citar: a dificuldade no acesso, observada em comunidades distantes dos centros escolares; os próprios óbices encontrados pelos alunos dentro das escolas que muitas vezes favorecem a exclusão dos mesmos no processo de ensino-aprendizagem; os altos índices de reprovação; as dificuldades encontradas pelas famílias que se vêem obrigadas a colocarem os filhos mais cedo no mercado de trabalho, entre outros.

Diante de tais fatores e de outros de ordem estrutural (em que durante muitos anos a escola era reservada para poucos), observa-se ainda na realidade brasileira um alto índice de analfabetos e semi-analfabetos, o que acontece igualmente no município de Bituruna, na pesquisa com as famílias. Para Almeida (2000), a política educacional tem algumas peculiaridades que as fazem elitista e excludente. Estes traços são observados na descontinuidade das propostas e ações em todos os níveis (federal, estadual e municipal), visto que não priorizam a incorporação de toda a população, sendo, neste sentido, não universalizante, favorecendo uma minoria privilegiada.

Desta forma, evidencia-se que das sete famílias analisadas, apenas uma apresentou um dos membros com o primeiro grau do ensino fundamental completo. Com relação aos genitores, **as famílias 1, 2, 5, 6 e 7**, apresentam escolaridade entre 1ª e 4ª série e nas **famílias 3, 4 e 7**, aparecem membros analfabetos, um número expressivo, aproximadamente 42,8% em cada grupo familiar.

Em relação aos genitores, quando questionados sobre a importância da escolaridade, os mesmos relataram que, de alguma forma, o fato de não terem estudado prejudicou suas vidas, aumentando suas dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Eles manifestaram ainda o desejo de que seus filhos estudem, almejando certamente que eles tenham uma vida melhor.

Para Almeida (2000, p. 159), é “a escola [que] cumpre certas funções econômicas no

processo de qualificação e desqualificação da classe trabalhadora [...]”. Esse autor também observa uma série de medidas neoliberais fomentadas e implantadas especialmente a partir da LDB, dentre elas, pode-se citar: desenvolvimento de ações focalistas em detrimento de uma universalização do acesso à educação; descentralização administrativa através do processo de municipalização; paralelismo dos programas assistências enfocados nas ações comunitárias e solidárias; implantação de reformas sem as discussões com as bases educacionais e a sociedade civil; criação de sistemas de avaliação pautados em mecanismos não processuais de educação, entre outras medidas, que servem aos interesses das classes privilegiadas em detrimento do conjunto da população.

Para Almeida (2000, p. 161),

Estas expressões do ideário neoliberal, no campo educacional, além de aproximarem as políticas desta área aos padrões de elaboração e gerenciamento das políticas sociais do Brasil na atualidade, reforçam a tese do significado estratégico que a Educação passou a ter neste final de século, no conjunto das transformações que se operam no mundo da cultura e do trabalho.

Neste sentido, observa-se um esforço dos governantes, especialmente na última década, no sentido de elevar minimamente o nível de escolaridade das classes subalternas, não através de um processo de universalização da educação, mas, sim, através de ações focalistas descontinuas, que apenas servem para camuflar o problema da falta de escolaridade no país.

Como exemplo das ações focalistas, cita-se os programas de repasse federal como o Bolsa Escola e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Esses programas, apesar de preverem uma proposta de trabalho voltada à redução da evasão escolar, pautada na integração das famílias e no desenvolvimento de programas de geração de emprego e renda, na prática, acabam por não se concretizar, visto que muitas vezes não minimizam o abandono da escola.

Desta forma, se os programas federais, na maioria das vezes, não são efetivos para

reduzir o abandono escolar das crianças e adolescentes, são ainda menos no sentido de possibilitar o acesso daqueles que não conseguiram concluir os níveis de ensino fundamental e médio em idade própria (dos 7 aos 14 anos e dos 15 aos 17, respectivamente). Esta população, em grande parte, não consegue freqüentar os programas de Educação de Jovens e Adultos, conforme observado na realidade pesquisada. Alguns pesquisados expressam o desejo de retornar à escola, porém manifestam a impossibilidade diante das atribuições do dia-a-dia, especialmente as pessoas inseridas no mercado informal de trabalho. Elas, em diversas ocasiões, deslocam-se para lugares onde há oferta de trabalho, permanecendo por 15 dias a um mês longe de casa, fato que impossibilita a continuação dos estudos. Em algumas ocasiões também se observou que não havia interesse pelo retorno aos estudos, como na **família 6**.

Em relação às crianças e adolescentes das famílias pesquisadas, a maior parte está inserida na rede regular de ensino, até porque hoje se observa a ação de atores sociais (como exemplo, o Conselho Tutelar), que trabalham no sentido de garantir os direitos previstos no artigo 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8069/90. Entre esses direitos está o da educação:

Art 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (COLETÂNEA DE LEIS, 2001, p. 95).

Nas **famílias 2, 4, 6 e 7**, constatou-se alguns adolescentes fora da escola, todos com idade superior a 14 anos. Nestes casos, identificou-se a atuação dos diretores das escolas e do Conselho Tutelar no sentido do retorno dos alunos às atividades escolares, fato que não obteve sucesso. Esses adolescentes estavam, de certa forma, envolvidos em situações como uso de drogas, gravidez precoce, exploração sexual comercial e conflitos familiares, fatores

que dificultaram o retorno à escola.

Em todas as famílias pesquisadas, um dos filhos, ou todos, apresentavam situações de reiteradas faltas escolares, conflitos intra-escolares, repetência, entre outras. Esses são alguns dos motivos que fomentaram o encaminhamento das famílias ao Centro de Convivência.

Cabe ressaltar ainda que o município de Bituruna tem um Programa de Jovens e Adultos, porém devido às questões relacionadas com a falta de disponibilidade dos pesquisados, à grande distância entre a residência e o local de funcionamento do projeto e à própria falta de interesse dos adolescentes, os integrantes das famílias pesquisadas não usufruem de tal serviço.

Outro aspecto de semelhante relevância como o da educação, diz respeito à questão da saúde. No tópico que segue, analisar-se-á as particularidades evidenciadas no contexto das famílias pesquisadas, tendo como enfoque o acesso à saúde com qualidade.

2.2.4 SAÚDE

Outro aspecto observado no contexto das famílias pesquisadas diz respeito à saúde, determinante que se constitui em demanda de atendimento para este segmento.

Contudo, antes do relato das demandas familiares nesta área, ressaltar-se-á brevemente aspectos da política pública de atendimento à saúde do município, que têm reflexos diretos na vida da população.

Salienta-se, em primeiro lugar, que, para se falar em saúde, implica levar em consideração uma série de aspectos, segundo a Lei Orgânica do Sus (LOS), Lei 8080/90, em seu artigo 3º:

a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços

essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País (COLETÂNEA DE LEIS, 2001, p. 161).

Costumeiramente, fala-se em saúde apenas como a ausência de doença. Porém, a partir do que está estabelecido no artigo 3º, da LOS, percebe-se que são vários os aspectos que influenciam tal situação.

No caso das famílias pesquisadas, apenas duas (**as famílias 6 e 7**) relataram ter problemas de “saúde”, necessitando de acompanhamento médico e uso de medicação constante. Na **família 6**, tanto o genitor como a genitora deveriam fazer uso de medicação contínua devido a problemas no sistema nervoso. O genitor, no entanto, por ser alcoolista não toma os medicamentos recomendados.

Outra questão observada foi o uso de drogas lícitas e ilícitas, situação que apareceu nas **famílias 2, 3 e 6**. Tais fatos devem ser analisados como questão de saúde, constituindo-se como dependência química (álcool e outras drogas), na maioria dos casos, somente superada através de tratamento para desintoxicação¹⁵. No caso dos membros dessas famílias, que apresentam tais problemas, todos já foram encaminhados para tratamento.

Na **família 2**, um adolescente ficou internado numa clínica de recuperação por duas vezes, tendo depois retornado à dependência. Nesse mesmo grupo, há evidências de que outros membros também fazem uso de drogas, porém não aceitam receber o tratamento. Desta forma, o jovem, ao regressar ao convívio da família, volta a ter contato com os componentes necessários para a preservação de sua dependência química. Constata-se que é importante trabalhar toda a família, que não basta apenas retirar o adolescente do meio sem acompanhar o resto do grupo, para que ocorra assim um sentido de fortalecimento e ressignificação das posturas adotadas perante a problemática.

¹⁵ Na maioria das vezes, tem-se conhecimento que o tratamento para desintoxicação é realizado em clínicas, hospitais, ou fazendas terapêuticas, que oferecem condições (materiais e psicológicas) impróprias para a superação da dependência, além disso, na maior parte dos casos, não é feito um acompanhamento pela família, o que é de fundamental relevância para o sucesso no tratamento.

Na **família 3**, a genitora apresenta problemas com relação ao uso de álcool, situação que vem sendo acompanhada pelo Conselho Tutelar e Ministério Público há alguns anos, devido à situação de risco social exposta aos filhos. Nos momentos em que está alcoolizada, a genitora entra em conflitos com os vizinhos, em algumas ocasiões fazendo uso de “armas brancas” (facas, facões, entre outras), colocando em risco não somente os filhos, mas também sua própria vida e a das pessoas envolvidas. Essa família também é acompanhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário, através do programa de Auxílio Nutrição e da Associação de Dependentes de Álcool e Outras Drogas - ADAD, recebendo o atendimento de uma terapeuta, especialista no assunto, uma vez por semana.

O atendimento da ADAD também está vinculado ao Centro de Convivência. Assim, os genitores que apresentam problemas com o uso de drogas lícitas ou ilícitas, bem como os adolescentes, recebem esse atendimento se concordarem com ele. A visita da terapeuta é realizada uma vez por semana, sendo que também é extensiva à família, no caso de haver necessidade: esse atendimento ocorre tanto no Centro de Convivência como na residência da própria família por meio de visitas domiciliares.

O Centro de Convivência também conta com o serviço de uma psicóloga, que igualmente recebe as famílias, as crianças e os adolescentes que freqüentam o Programa.

No que se refere à atenção da saúde geral do município de Bituruna, esta política pública está em conformidade com o que preconiza o Sistema Único de Saúde, que estabelece em seu artigo 2º que: “a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício” (COLETÂNEA DE LEIS, 2001, p. 161). Para tanto, o município conta com a Fundação Hospitalar São Vicente de Paula, que serve a população em geral, através do Sistema Único de Saúde, e em consultas particulares. Além do Hospital, o município dispõe de Postos de Saúde, distribuídos em todos os bairros e

em algumas comunidades do interior, os quais oferecem a atenção primária (médica e dentária).

A Fundação Hospitalar também realiza encaminhamentos (no caso das especialidades que não são tratadas pelos médicos residentes) para outras cidades, neste caso, os recursos necessários para a viabilização do tratamento são providenciados pela Prefeitura Municipal. Outro benefício disponível à população na Fundação Hospitalar é a concessão de medicamentos da farmácia básica e de casos de uso contínuo.

No geral, a área de saúde no município recebe uma boa atenção. Porém, se for levado em conta o que estabelece o artigo 3º, da Lei Orgânica do Sus, com todos os condicionantes e determinantes para a saúde, que vão desde a alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte e até o lazer, ver-se-á que, na realidade dos entrevistados, a maioria não tem acesso aos bens e serviços essenciais para garantir um patamar de saúde com qualidade de vida, pois a maior parte desses itens é deficiente em suas vidas.

No decorrer da pesquisa, viu-se que na maioria das moradias algumas situações se apresentavam como precárias, pois as casas estavam localizadas em locais de difícil acesso, com déficit de saneamento básico, falta de nominação nas ruas, ausência de serviços públicos, entre outros determinantes, que categorizam a ausência de condições reais para uma melhor qualidade de vida para esta população.

Ainda com relação a estes determinantes, observou-se a questão de trabalho e renda: grande parte das famílias estão inseridas no mercado informal, sem garantias trabalhistas, provavelmente sem a possibilidade de acesso aos benefícios da previdência social. Em relação à educação, notou-se um grande percentual de famílias analfabetas ou semi-analfabetas, muitas das quais sem perspectiva de retorno aos estudos. Essas áreas já foram evidenciadas e problematizadas no decorrer deste trabalho, no entanto, a ausência de condições para

viabilização desses direitos reporta a refletir as reais condições de saúde dessa população.

Desta forma, apesar da maioria dos pesquisados terem relatado não possuírem problemas de saúde, verificou-se, a partir do que estabelece a LOS, que, na verdade, a realidade da saúde não pode ser reduzida à ausência de doença. E neste quadro são identificadas várias questões que se constituem como demanda das famílias.

Por fim, irá se discutir as questões relacionadas às situações de violência (social e doméstica), que foram evidenciadas no contexto das famílias pesquisadas, a fim de justificar com maior ênfase a necessidade da construção do item que segue. Ou seja, que o grande enfoque desta pesquisa é problematizar a necessidade de intervenção sistemática do profissional de Serviço Social nas famílias atendidas no Centro de Convivência.

2.2.5 VIOLÊNCIA SOCIAL E DOMÉSTICA

No decorrer da pesquisa, identificou-se a ocorrência de algumas situações de violência social e doméstica, que interferem na vida das crianças e adolescentes, bem como no seu bem-estar e processos de desenvolvimento.

Antes do relato dos casos de violência identificados, cabe salientar que eles serão analisados, enfatizando-se a identificação de crianças e adolescentes como vítimas em dificuldades, experienciando alguma situação de violência, direta ou indireta. Azevedo e Guerra (1989, p. 25) assinalam que há várias definições sobre a infância em dificuldade:

Segundo alguns autores, ela inclui as crianças mal-amadas, isto é, as que sofrem várias formas de abuso afetivo. Segundo outros, ela abrange as crianças mártires, isto é, todas aquelas que sucumbem às várias formas de violência física. Segundo outros ainda, compreende as crianças abandonadas, isto é, as atingidas pelo desamparo e negligência. Segundo outros, finalmente, envolve as crianças comercializadas, isto é, as que foram transformadas em mercadoria nas redes de prostituição e pornografia infantil.

Todas as formas de violência especificadas acima, crianças mal-tratadas, mártires, abandonadas, comercializadas, são evidenciadas cada vez com maior frequência na sociedade. Esta realidade faz com que a vida de muitas crianças seja um verdadeiro martírio, deixando nelas marcas para toda a vida.

Pode-se dizer que tais situações ocorrem quando há um elemento que detém a autoridade sobre o outro, poder de dominação e controle. Muitas vezes, identifica-se a violência como a única forma de “educação”, quando o diálogo e a compreensão já não existem mais. Sobre este ponto, Romanelli (2000, p. 74) afirma que “[...] as relações de autoridade e poder também se constituem como elementos ordenadores da cena doméstica, definindo para o marido e esposa, para pais e filhos posições hierárquicas, direitos e deveres específicos, porém desiguais [...]”.

Ainda sobre as relações de dominação-exploração, presentes na sociedade, Azevedo e Guerra (1989, p. 50) asseveram que:

[...] a relação de dominação -exploração que se estabelece entre o homem, de um lado, e a mulher e a criança, de outro lado, é de uma relação de poder. O adulto em geral, independente de seu sexo, detém poder sobre a criança. Quer se trate de pai ou mãe, de avô ou avó, independente do grau de correção de suas ordens e argumentos, a criança deve submeter-se aos desígnios dos adultos [...]

Evidentemente, a criança por possuir características específicas da idade, de um ser em desenvolvimento, fica, na maioria das vezes, *à mercê* das atitudes dos adultos, os quais exercem sobre elas um poder de dominação.

As mesmas autoras identificam também que há uma certa hierarquia entre as categorias sexo e faixas etárias, afirmando, desta forma, que:

Observando-se a família e também a sociedade em geral, verifica-se que há uma hierarquia entre categorias de sexo e faixas etárias. Ou seja, o homem domina a mulher que, por sua vez, domina a criança no dia-a-dia, criando a

auréola em torno do homem. Em virtude disto, o homem tem seu poder aumentado face à criança e, ao fim e ao cabo, também em relação à mulher que o endeusa [...] (AZEVEDO; GUERRA, 1989, p. 51).

Essas relações de poder definidas por sexo e faixa etária constituem-se nas relações que se observa no dia-a-dia dos lares de milhares de pessoas e em todas as classes sociais, como um fenômeno aceitável. Não obstante, quando tais situações se tornam prejudiciais ao desenvolvimento físico-psíquico e emocional da criança e do adolescente, passam a circular no campo da violência, tanto social como doméstica.

No caso da violência social, identifica-se como sua expressão os conflitos que algumas famílias mantêm com os vizinhos, situações que acabam por colocar a vida dos adultos e das crianças em risco, tendo sido esse fator observado nas **famílias 2 e 3**. Em ambas, tais ocorrências estão ligadas ao consumo de drogas lícitas e ilícitas. Devido ao uso dessas substâncias, que, conforme se sabe, alteram o estado físico e psíquico, as pessoas perdem o controle de seus atos e geram conflitos com o grupo com o qual convivem.

Sobre tal questão, a comunidade circunvizinha às famílias em questão acionou por diversas vezes a segurança pública municipal (policia militar) para conter os conflitos, porém, sem nunca os terem solucionado, haja vista que o problema está no consumo de drogas. Desta forma, acredita-se que se trata de uma questão também política e não meramente de intervenção da polícia, simplificando-se o problema como ausência de aparelhos punitivos, e não da necessidade de outros tipos de atendimentos.

No caso da **família 3**, a situação também chegou ao conhecimento do Ministério Público da Comarca de União da Vitória/PR em decorrência do alcoolismo da genitora. O referido Ministério determinou que a genitora passasse a freqüentar os encontros da Pastoral da Sobriedade (grupo de auto-ajuda), recebesse atendimento sistemático da psicóloga do Centro de Convivência, concomitantemente recebendo a determinação de “prestação de serviços à comunidade” como medida sócio-educativa.

No caso de violência doméstica, identificou-se tal situação na **família 1, 5 e 6**, sendo que na **família 1** apareceu o caso mais grave. Nessa família, o genitor queimou a mão do filho com óleo quente, conforme relatado no item “Apresentando as famílias pesquisadas”. Este fato trouxe bastante repercussão e o genitor ficou preso por dois meses, passando em seguida a responder o processo em liberdade. Algum tempo mais tarde, aproximadamente um mês antes de se iniciar o atendimento, o genitor envolveu-se em nova situação de violência intrafamiliar, ao agredir uma das filhas; nesta ocasião, ficou detido por 19 dias e em seguida passou novamente a responder o processo em liberdade. Devido a isso tudo, o genitor estava sendo acompanhado por um profissional do Centro de Convivência através de atendimento psicológico.

Na **família 5**, as situações de violência intrafamiliar se apresentaram especialmente devido às faltas escolares de um dos filhos, o mais velho; segundo a genitora, ele nunca gostara muito de frequentar a escola. Mas, nos últimos tempos, a situação se tornou insustentável, as faltas escolares se tornaram mais frequentes que as presenças. E, em virtude dessa realidade, a diretora da escola e o Conselho Tutelar passaram a interferir na situação, responsabilizando a genitora, que alegava não dispor de outros meios para encaminhar seu filho à escola, passando a agredi-lo. No decorrer da intervenção, passou-se a trabalhar tais questões com a genitora no sentido de que procurasse estabelecer com o filho outra relação que não fosse pautada na violência, até porque a criança continuava sem interesse pela escola, sempre que conseguia, não comparecia às aulas.

No caso da **família 6**, apesar da ocorrência não causar socialmente tanta repercussão, o fato é igualmente grave. O genitor tem problemas com alcoolismo, e a genitora relatou que há quatro anos vem tentando encaminhá-lo para tratamento, porém o marido mostra-se irredutível, não aceitando o fato de ser alcoolista. Em virtude da doença (alcoolismo), o genitor entra em conflito com a esposa e com os filhos, fato que, segundo a genitora, contribui

para que o filho mais novo não permaneça em casa, pois, constantemente, o mesmo fica de dois a três dias dormindo na casa de amigos.

Também se observou indícios de exploração sexual econômica no contexto da **família**

2. Sobre esta questão, Azevedo e Guerra (1989, p. 49) afirmam que o conceito de exploração sexual “[...] abrange duas dimensões fundamentais. Uma delas confunde-se com o conceito de exploração econômica, ou seja, tem o lucro por objetivo. A segunda dimensão diz respeito à obtenção de vantagens de outra ordem por parte do explorador [...]”. É, portanto, no sentido da primeira dimensão que se situa o caso da adolescente da **família 2**. Cabe ressaltar que tal situação apresenta-se com indícios não confirmados.

Diante das descrições das famílias e de suas demandas sociais, apresentadas neste capítulo, percebe-se questões pertinentes ao trabalho do Serviço Social (em parceria com outras áreas, psicologia, pedagogia, entre outras). Este trabalho é, na medida do possível, dispensado às famílias aqui pesquisadas, que são atendidas pelos profissionais do Centro de Convivência, pela Rede Regular de Ensino, pelo Sistema Único de Saúde, através da Fundação Hospitalar São Vicente de Paula e Postos de Saúde Municipais, pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário, entre outros.

O trabalho sistemático do Serviço Social não é realizado, contudo, devido à ausência de profissionais designados ao atendimento específico desse programa. Desta forma, passar-se-á ao próximo capítulo, no qual se propõe a problematização da necessidade e importância de um trabalho sistemático do Serviço Social junto às famílias, tendo em vista as competências previstas na Lei nº 8662/93, que trata das Atribuições Privativas do Assistente Social.

CAPÍTULO III

O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA

3.1 A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão que historicamente tem em sua base o trabalho com as classes menos favorecidas, sujeitos que nas palavras de Yazbek (1999) são definidos como “classes subalternas”.

O processo histórico da profissão passou por muitas reformulações desde a sua constituição, quando emergiu vinculada à Igreja Católica, que, segundo Iamamoto (1997), objetivava, no início da década de 1930, impetrar uma presença mais efetiva na sociedade. Desta forma, o Serviço Social, como profissão, encontra-se vinculado a este movimento mais amplo de cunho confessional e de doutrinação.

A Igreja pautava esta aproximação, segundo a autora, na tentativa de recuperar influência e prestígio. Neste período, em razão da pseudo-ameaça do comunismo de um lado e do liberalismo de outro, a Igreja sentiu-se motivada pela necessidade de inserir-se diretamente na sociedade.

Contudo, no início do século XX, ocorreram grandes manifestações das classes operárias, que levou o Estado e a Igreja Católica a discutirem mais profundamente sobre a “questão social”¹⁶. Nesse período, a Igreja entendia a “questão social”, como uma questão mais moral e religiosa e não econômico-política. Em relação ao Estado, sua intervenção é legítima, pois ele tem a função de regular e impor limites nas relações de trabalho, propriedade privada, tutelar os direitos dos que precisam, entre outras funções, intervindo

¹⁶ Aqui entendido, segundo Iamamoto (2004), como conjunto de situações (econômicas, afetivas, social, entre

desta forma nas “questões sociais” que se colocavam (IAMAMOTO, 1997).

O Serviço Social posteriormente se constituiu como uma forma de dominação da classe trabalhadora, em que o profissional objetivava o enquadramento do trabalhador no sistema econômico-social, no qual as questões pertinentes às dificuldades apresentadas eram de exclusiva responsabilidade do indivíduo, que desta maneira deveria ser moldado. Nesta direção, segundo Iamamoto (1997, p. 20):

A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho.

Cabe ressaltar que atualmente ainda se identificam traços dessa atuação profissional voltada à lógica da dominação, já que a profissão ainda tem traços que apontam para minimizar os efeitos da pobreza, desencadeados pelo sistema desigual entre as classes, contribuindo desta forma para a reprodução da exploração da força de trabalho na sociedade capitalista.

Ainda, sobre a trajetória histórica do Serviço Social, pode -se observar que, apesar de sua ligação com os ideais doutrinários da Igreja Católica e com a ideologia de manutenção da classe dominante, a profissão se propõe a realização de um trabalho diferenciado. Assim, segundo Iamamoto (1997, p. 20):

Diferenciado da caridade tradicional, vista como mera reprodução da pobreza, o Serviço Social propõe uma ação educativa entre a família trabalhadora, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais. Distingui-se também, da assistência pública, que, desconhecendo a singularidade e particularidade dos indivíduos, produz respostas não diferenciadas aos ‘problemas sociais’[...].

Além da ação socioeducativa que o Serviço Social procura desenvolver com a classe trabalhadora, propõe também uma ação organizadora dessa classe, tendo como objetivo central, no entanto, “contrapor -se às iniciativas provenientes de lideranças operárias que não aderem ao associativismo católico” (IAMAMOTO, 1997, p. 21), ou seja, novamente servindo às classes dominantes contra as organizações de base dos operários.

Neste segundo sentido, segundo Iamamoto (1997), o Serviço Social pode ser conceituado muito mais como uma atividade com bases doutrinárias do que científicas, em meio a um movimento de cunho reformista-conservador. Desta forma, quando a profissão passa a ser ministrada nas escolas e nas faculdades, sob a influência do pensamento conservador¹⁷, não há uma ruptura com as tendências pragmáticas da profissão, pelo contrário, tal tendência é reforçada e atualizada. Observa -se então a vinculação da profissão à manutenção da sociedade vigente, materializada pela dominação dos trabalhadores.

A partir do ano de 1940, para Iamamoto (1997), outro elemento teórico é incorporado à discussão sobre a profissão do Serviço Social, “a filosofia social humanista cristã”. Por um lado, essa filosofia contribuiu para que o Serviço Social elaborasse uma “racionalização dos procedimentos de intervenção”, por outro, proporcionava uma reformulação nos “conteúdos do projeto de ação profissional”, que continuavam baseados nos ideais do reformismo conservador e na base filosófica aristotélica -tomista”. Esta nova orientação profissional deixa claro uma defasagem, ou melhor, uma cisão entre teoria e prática, entre propósitos e resultados da ação.

Nesse momento, segundo Iamamoto (1997), a profissão incorpora um discurso que prevê uma “humanização das condições de vida e de trabalho dos segmentos que constituem a sua ‘clientela’”, porém ainda mantém a ideologia de exploração da classe trabalhadora, não se colocando em cheque em nenhum momento o modo de exploração capitalista.

¹⁷ Forma de ver o mundo inspirada no passado.

Para José Paulo Netto (2001), o surgimento do Serviço Social deve ser entendido no contexto relacionado com as “mazelas próprias à ordem burguesa”, e a industrialização e a urbanização se constituem como as mais efetivas expressões destas degradações, sendo que tais questões estão presentes no modo de produção capitalista.

No Brasil, o Serviço Social foi introduzido na década de 1930 com influência do contexto político-econômico-social e religioso. Surgindo em um momento de transição da economia do café-com-leite para a industrialização, a profissão incorporou às orientações de cunho ideológico do capitalismo. Aqui, também se observa uma tentativa de camuflar os problemas advindos com a sociedade capitalista industrial, quer seja, a crescente exploração da mão-de-obra, as péssimas condições de trabalho nas fábricas, o uso do trabalho infantil, escravo, entre outros problemas. Neste sentido, Lima (1987, p. 16) afirma que “na questão social, o problema operário não era visto como um problema social, chegando-se mesmo a sua negação e relacionando-se este problema mais com a ordem pública do que com a ordem social”.

Segundo Lima (1987, p. 23), para se compreender o surgimento do Serviço Social no Brasil e a emergência de questões sociais dos trabalhadores, é importante que se tenha em mente que o país passou por um processo de mudança: de um país essencialmente agrícola-comercial sob o controle oligárquico, para agrícola-industrial, surgindo desta forma novas relações entre o capital e o trabalho, bem como novas exigências para a classe trabalhadora. Em meio a esse processo de mudança, Getúlio Vargas, com o objetivo de consolidar sua posição e aumentar o prestígio junto ao povo, atendendo a uma nova característica do país, em fase de industrialização, aprova a legislação trabalhista, que vinha sendo discutida desde a década de 1920. A Igreja também passa a obter maior abertura e tolerância no decorrer desse processo. A compreensão de tais aspectos são importantes, porque é em meio a este cenário nacional que ocorreu o desenvolvimento e a afirmação do Serviço Social como profissão, nos

anos de 1930 e 1940, respectivamente.

Desta forma, pode-se observar que o Serviço Social no Brasil também nasceu ligado às transformações do capitalismo e com forte influência da Igreja Católica, a qual permaneceu por muitos anos na direção das “ações assistencialistas”.

O Serviço Social, como outras profissões, historicamente passou por diversas modificações desde a vinculação com a Igreja Católica e a atuação das damas de caridade, assumindo atualmente essa prática profissional novos contornos, nos quais o movimento de reconceituação da profissão¹⁸ apresenta-se como fator propulsor destes desdobramentos.

Alguns autores¹⁹ retratam as transformações pelas quais o Serviço Social passa nas últimas décadas. Iamamoto (2004, p. 9) faz uma análise do cenário na contemporaneidade, que se constitui como pano de fundo para a atuação do Serviço Social, uma vez que esta é uma profissão intimamente ligada ao contexto histórico. Nas palavras da autora, tem-se um fidedigno retrato da realidade social em que se deve atuar e, neste sentido, ela aponta que o Serviço Social não pode ser analisado sem serem conhecidas:

[...] as célebres transformações que vêm alterando a economia, a política e a cultura da sociedade brasileira. Sob a égide do capital financeiro, a nova face da internacionalização da economia – a globalização – redimensiona a divisão internacional do trabalho, em um contexto de crise de larga duração que, desde a década de 1970, vem atingindo a expansão capitalista. Na contratendência desses processos, desencadeia-se uma ampla reestruturação produtiva – incorporando os avanços da ciência e da tecnologia de ponta – acompanhada de mudanças nas formas de gestão da forma de trabalho. Alia-se uma radical alteração das relações entre Estado e a sociedade, condensada na ‘Reforma do Estado’, conforme recomendações de políticas de ajuste das economias periféricas, preconizadas pelos organismos internacionais. Um dos resultantes dessas políticas concentracionistas de capital, renda e poder nos países tem sido o agravamento da questão social, que tem no desemprego e no subemprego suas mais nítidas expressões. Verifica-se uma precarização do conjunto das condições de vida de segmentos majoritários da população brasileira, quadro esse agravado com a retração do Estado em

¹⁸ Sobre o movimento de reconceituação, podem ser consultados os seguintes autores: Marilda Vilela Iamamoto, José Paulo Netto, Arlete Alves Lima, Vicente de Paula Faleiros, entre outros, que têm seus estudos e discussões centrados no processo de desenvolvimento histórico da profissão, bem como nos momentos que motivaram as transformações e redirecionamentos do Serviço Social.

¹⁹ Dentre estes citamos: Iamamoto M. V., Aguiar M. M., Almeida A. A., Netto J.P., entre outros.

suas responsabilidades sociais, justificadas em nome da ‘crise fiscal’.

Segundo Iamamoto (2004, p. 9), “é neste cenário de mudança que não apenas [se] emoldura, mais [se] molda novas condições de trabalho do assistente social, redimensionando a profissão [...]” no sentido de acompanhar as demandas que se colocam. Desta forma, o profissional de Serviço Social deve dominar tanto as dimensões dos conteúdos teórico-metodológicos, como ético-políticos e técnico-operativos, que lhe ofereçam embasamento técnico, político, ético e cultural diante das melindrosas questões sociais da atualidade.

Estas questões sociais estão cada vez mais presentes na cena pública através do empobrecimento da população, das situações de violência, desemprego, moradias precárias, ausência de saúde, inacessibilidade à educação, impossibilidade de lazer, dentre outras expressões que afetam as condições de vida dos cidadãos.

Na perspectiva de se trabalhar com tais questões sociais, surge a Lei nº 8662/93 que regulamenta a profissão do Serviço Social, junto ao Código de Ética do Assistente Social também proclamado em 1993, ambos estabelecendo os princípios e diretrizes para o exercício da profissão.

Desta forma, a Lei da Regulamentação Profissional de Serviço Social, Lei 8662/1993, institui legalmente as competências do assistente social no artigo 4º, sendo que:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população;
- IV - (VETADO);
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (CRESS, 2001, p. 31)

Pode-se perceber que as competências do assistente social vão desde a elaboração, implementação, execução, avaliação e formulação de políticas sociais, até o atendimento mais específico com os usuários ante as necessidades básicas e posteriores encaminhamentos, superando uma visão simplista e fragmentada da profissão.

Já com relação às atribuições privativas do profissional de Serviço Social, a Lei nº 8662/93 contempla em seu art. 5º que o assistente social deve:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para assistentes sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (CRESS, 2001, p. 31-32).

As competências privativas especificadas no artigo 5º dão conta de mencionar, de maneira detalhada, as atividades passíveis de serem desenvolvidas pelos assistentes sociais. Contudo, alguns profissionais que atuam junto ao Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (2002, p. 11) fizeram algumas considerações a partir de uma pesquisa realizada junto aos Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS. Esta pesquisa aponta alguns limites, que os profissionais encontram no entendimento do que estabelece a Lei de Regulamentação da Profissão. Desta forma, uma das maiores dificuldades esta em delimitar o que é função privativa de uma profissão e o que é de outra, tendo em vista que há um contingente significativo de profissionais que trabalham com a “questão social”. Neste sentido o CFESS (2002, p. 12) afirma que:

[...] os desafios presentes no campo da atuação exigem do (a) profissional o domínio de informações, para a identificação dos instrumentos a serem acionados e requer habilidades técnico-operativas, que permitam um profícuo diálogo com os diferentes segmentos sociais. O conhecimento da realidade possibilita o seu deciframento para ‘iluminar’ a condução do trabalho a ser realizado.

Além das competências estabelecidas no artigo 5º, da Lei de Regulamentação da Profissão, a partir desta pesquisa realizada junto os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), no ano 2001, o CFESS (2002), órgão que sistematizou as informações, identificou que os profissionais elencaram, também como funções privativas do Serviço Social, atividades que historicamente vêm sendo desenvolvidas pelos assistentes sociais, mas que porém não constam no artigo 5º da referida Lei. Nesta direção, apareceram as seguintes atividades: visitas domiciliares, estudos socioeconômico para a concessão de benefícios, relatórios sociais, triagem social, encaminhamentos aos recursos da comunidade, assistências

social consignada na LOAS, assumir cargo de direção em Secretarias/Departamento de Assistência, entre outras atribuições que foram advindas da própria realidade em que estão inseridos.

Assim sendo, fica evidente que a profissão do Serviço Social exige uma constante atualização, em sintonia com as mudanças históricas da sociedade, que dão sustentação ao trabalho profissional. Para Iamamoto (2001), a auto-qualificação da profissão é dos seus agentes especializados, juntamente com os seus organismos representativos que, em determinados contextos societários, confirmam a necessidade ou utilidade social dessa especialização de trabalho.

Segundo Rios (apud PAIVA; SALES, 2003 p. 33), a competência pode ser caracterizada como algo que se constrói no dia-a-dia, envolto em objetivos que devem ser alcançados. Desta forma, ao se considerar os espaços profissionais, verifica-se que as características definidoras das competências não estão, em sua totalidade, incorporadas pelos indivíduos, constituindo-se em uma construção constante na busca do “saber fazer bem”.

Ainda, sobre as competências da profissão, Paiva e Sales (2003, p. 33) afirmam que “[...] esta não é algo pronto e acabado, nem se adquire de forma mágica e instantâneas [...]”, pois a medida que as transformações societárias se processam na sociedade, as competências do serviço social igualmente se dinamizam.

As intensas transformações nas relações sociais trouxeram nas últimas décadas uma renovação para o Serviço Social brasileiro que ocorreu, segundo Iamamoto (2001, p.20), no “âmbito da sua *interpretação teórico-metodológica e política, num forte embate com o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador, adequando criticamente a profissão às exigências do seu tempo, qualificando-a academicamente [...]*” (grifo da autora).

De acordo com Iamamoto (2001), tais transformações, também se deram no plano ético da profissão, estando expressadas na normatização do Código de Ética de 1993, que se

constituem como direitos e deveres do assistente social e assumem um caráter de obrigatoriedade em conformidade com princípios humanistas. Destacam-se:

- reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos;
- A defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo;
- A defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania, da democracia, da socialização, da participação política e da riqueza produzida;
- posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática;
- empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, e a garantia do pluralismo;
- compromisso, com a qualidade dos serviços prestados, na articulação com outros profissionais e trabalhadores (IAMAMOTO, 2002, p. 21).

Esses valores ainda não foram totalmente incorporados, até porque exige uma ruptura com o modelo de sociedade vigente e a construção de uma nova configuração societária. Segundo Paiva e Sales (2003), estes princípios políticos constituem à ética profissional dos assistentes sociais e estão efetivamente vinculados embrionariamente às demandas apresentadas no cotidiano institucional, e as prioridades ético -políticas da sociedade brasileira em geral.

Para Paiva e Sales (2003), uma das principais conquistas do Serviço Social nos anos de 1980 foi a descoberta e a ênfase da dimensão política da prática profissional: hoje cresce a visualização do papel de mediação e articulação desempenhado pela ética entre o saber e a práxis política. De acordo com as autoras, tal mediação é exercida pelas seguintes vias:

- Como interiorização dos valores e princípios ético-profissionais, suscitadora de novas posturas e projetos de intervenção, pondo-se os conteúdos teóricos recebidos em movimento ou suscitando a consciência da necessidade de novo investimento na capacitação profissional; enfim, como enriquecimento dos carecimentos individuais e profissionais, enquanto uma opção pelo difícil, como signo do crescimento e não pelo conformismo e acomodação fáceis;
- Ou ainda, como construção pessoal e profissional mais completa, a qual requer a participação consciente e ativa, seja nos fóruns da categoria seja nos

espaços coletivos de discussão e formulação de políticas públicas, e também junto aos movimentos sociais e demais organismos democráticos de atuação política (PAIVA E SALES, 2003, p. 203).

Essas vias de mediação suscitam nos profissionais uma mudança de postura diante dos desafios que se apresentam na atualidade. Desta forma, é imprescindível que o profissional de Serviço Social desenvolva habilidades e competências que lhes permitam perceber as especificidades da vida de cada usuário, entendendo, assim, todos os determinantes da situação que se colocam. Neste sentido, Iamamoto (2002, p. 31) ressalta:

[...] é importante desenvolver a capacidade de ver, nas demandas individuais, as dimensões universais e particulares que elas contêm. O desvelamento das condições de vida dos sujeitos atendidos, permite ao assistente social dispor de um conjunto de informações que, iluminadas por uma perspectiva teórico-crítica, lhe possibilita aprender e revelar as novas faces e os novos meandros da questão social que o desafia a cada momento no seu desempenho profissional diário. É da maior importância traduzir esta reflexão no 'tempo miúdo de trabalho cotidiano', como diz Yazbek, pois a questão social está aí presente nas diversas situações que chegam ao profissional como necessidades e demandas dos usuários dos serviços: na falta de atendimento às suas necessidades na esfera da saúde, da habitação, da assistência, nas precárias condições de vida das famílias, na situação dos moradores de rua, na busca dos direitos trabalhistas e previdenciários por parte dos trabalhadores rurais, na violência doméstica, entre inúmeros outros exemplos. Importa ter clareza que a análise macroscópica sobre a questão social, tal como efetuada acima, expressa uma realidade que se materializa na vida dos sujeitos. Este reconhecimento permite ampliar as possibilidades de atuação e atribuir dignidade ao trabalho do assistente social, porque ele não trabalha com fragmentos da vida social, mas com indivíduos sociais que condensam a vida social [...].

Tais demandas sociais também foram observadas no contexto das famílias pesquisadas e são, conforme explicitadas acima, reflexos de um contexto macroeconômico. No que se refere ao contexto microeconômico, o profissional do Serviço Social possui competência para realizar encaminhamentos também numa dimensão de assistência sócioeducativa, procurando possibilitar o acesso da população atendida às informações necessárias que lhes oportunizem a opção de escolhas, enfim, alternativas de intervenção que viabilizem o exercício da cidadania dos usuários nas relações sociais.

Na seção que segue, analisar-se-á a necessidade de um trabalho sistemático do Serviço Social tendo em vista as suas competências privativas e as demandas apresentadas pelas famílias atendidas.

3.2 INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA

No decorrer da pesquisa desenvolvida no Programa do Centro de Convivência, foram identificadas questões que pedem a atenção do Serviço Social como, por exemplo, ausência de trabalho, moradias precárias, *déficit* de escolaridade, dificuldades no acesso a saúde com qualidade de vida, violência social e doméstica, entre outros.

Tais situações se constituem em expressões da questão social que necessitam da intervenção de atores nas diversas áreas, e os enfrentamentos destas realidades deverão ser viabilizados por meio da concretização das políticas públicas, como por exemplo, nos campos da saúde, educação, habitação, saneamento, segurança pública, assistência social, etc. Desta forma, uma integração entre os atores sociais faz-se necessário com vistas a possibilitar melhores condições de vida à população atendida.

No Centro de Convivência, são acompanhadas famílias das crianças e adolescentes que freqüentam o Programa, contudo não é realizado um trabalho sistemático do Serviço Social em virtude deste local não disponibilizar de um profissional para a função.

O trabalho do Serviço Social se realiza de forma assistemática e é oportunizado, quando solicitado, por algum dos profissionais que trabalham de forma mais direta com as famílias (pedagoga e psicóloga), ou pelos diretores de escolas e conselheiros tutelares. Assim, é possível dizer que se constitui em um trabalho paliativo, ocorrendo na forma de atendimento emergencial de alguma situação de carência extrema, eventuais conflitos e

necessidade de algum encaminhamento específico e premente.

Neste sentido, o trabalho de cunho socioeducativo, considerado de extrema importância para a busca de alternativas para o usuário, não vem sendo desenvolvido. Segundo Lima (2004, p. 69), as ações socioeducativas constituem-se em:

[...] um processo compartilhado entre profissional e usuário. Apesar desse encontro envolver situações que não se equivalem em termos de saberes, pois o usuário é portador de uma dada necessidade e o profissional frente a esta necessidade conta com um arsenal de saberes teórico metodológicos e técnico-operativos que podem configurar outras expectativas no profissional que são diferentes das esperadas pelo usuário.

Tendo em conta as atribuições privativas do Serviço Social, explicitadas no item anterior, mais as demandas sociais apresentadas pelas famílias pesquisadas, verifica-se que há elementos necessários para justificar a intervenção do assistente social de forma sistemática, com planejamento, a fim de que não seja uma mera intervenção assistencialista, mas que potencialize os espaços de ação profissional em prol da população atendida no Centro de Convivência.

Essa intervenção poderia se realizar tanto na coordenação do programa, planejamento e organização das atividades, atendimento direto das famílias nas visitas domiciliares, estudos socioeconômicos para a concessão de benefícios, relatórios sociais, triagem social, encaminhamentos aos recursos da comunidade, entre outros.

Para ilustrar a necessidade da atenção sistemática e planejada do Serviço Social, pode-se citar, como exemplo, os casos das **famílias 2, 3 e 6**, em que foram identificados sérios envolvimento com o uso de drogas lícitas e ilícitas. Essas famílias, apesar de terem recebido atendimento do poder público, no que se refere ao encaminhamento a tratamento terapêutico, não apresentaram uma superação na dependência. Compreende-se que para efeitos de tratamento de desintoxicação não basta apenas encaminhar o membro doente para ficar recluso em clínicas, ou hospitais, é necessário e de extrema importância um trabalho paralelo

com a família, tendo em vista uma mudança de atitude da mesma que favoreça a recuperação do dependente.

Sobre esta questão, cita -se Kaloustian (2000, p. 11), que afirma, que a família “[...] está presente e permanece enquanto espaço privilegiado de socialização, de prática de tolerância e divisão de responsabilidade [...]”. Responsabilidade esta que não pode ser unicamente direcionada às famílias, dada as condições de vida e de subsistência da população pesquisada. Nesta direção, faz-se fundamental a articulação do Estado, viabilizando direitos, por meio das políticas sociais, tendo como um dos operacionalizadores o profissional de Serviço Social, que dispõe de um arsenal teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político que lhe permite trabalhar com essas questões.

Nas referidas famílias, ainda se identifica outros pontos relevantes do atendimento sistemático, que incidem diretamente no planejamento do Serviço Social, como por exemplo: a situação de rua de um dos adolescentes da família 6, bem como a evasão escolar do mesmo; evasão e faltas escolares nas **famílias 2 e 3**; indícios de exploração sexual comercial na família 3; condições precárias de habitabilidade das **famílias 2 e 3** e situação de desemprego de todos os membros dessas duas famílias.

Todas as questões apresentadas pelas famílias acima dispostas se constituem em demandas privilegiadas do Serviço Social, que, dispondo de políticas públicas de educação, saúde, saneamento, segurança, trabalho e geração de renda, poderia estar desenvolvendo projetos de intervenção visando à melhoria da qualidade de vida desses grupos, a conquista da cidadania e o desenvolvimento da autogestão. Do contrário, tais segmentos permanecerão na dependência de políticas assistêmáticas e eventuais, como se evidenciou na concessão das cestas básicas e leite. Não se está entrando no mérito de que tais ações não sejam importantes, até porque se acredita que em certas situações são as únicas possíveis no momento, porém em nada viabilizam a auto-gestão da família, ao contrário, cristalizam as formas de dependência e

exclusão.

Fazendo uso de suas competências e atribuições, o profissional de Serviço Social tem seu espaço de atuação privilegiado num projeto de atendimento sistemático às famílias, que aqui se propõe seja viabilizado no Centro de Convivência. São possibilidades inscritas em ações que possibilitam o encaminhamento dos membros das famílias ao mercado de trabalho, a cursos de especialização, a projetos de escolarização, haja vista que a realidade apresentada demanda tais intervenções. Outras possibilidades materializam-se na busca de parcerias com a iniciativa privada que poderia contribuir para a ampliação de oferta de empregos, o aumento de espaços de lazer, entre outros recursos possíveis.

Além das alternativas concretas de bens e serviços que o Serviço Social pode vir a viabilizar, Iamamoto (2004, p. 68) identifica também a interferência desse profissional no “campo dos conhecimentos, dos valores, dos comportamentos, das culturas, que por sua vez, tem efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos”. Tais conseqüências podem ser manifestadas em mudanças de atitudes e em fortalecimento das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade. Desta forma, pode-se afirmar que o Serviço Social atua tanto em questões que dizem respeito à sobrevivência social, como também material dos sujeitos. É neste sentido que se sugere a implantação e desenvolvimento do trabalho do Serviço Social no Centro de Convivência.

No decorrer da intervenção também foram identificadas situações como nas **famílias 1 e 5**, em que apareceu o fator violência familiar, tanto físico como psicológico, que igualmente demanda a intervenção do Serviço Social em parceria com outros atores. Nos casos notados, identificou-se que as agressões foram somente o desenrolar de uma série de outras situações extremas de privação pelas quais as famílias passavam, especialmente a primeira, em que todos os membros estavam desempregados, as condições de habitabilidade apresentavam-se precárias, etc.

Não se quer aqui justificar a violência, pelo contrário, ela é uma das mais cruéis expressões dos problemas, porém não se pode deixar de considerar as intempéries da vida diária que tanto afetam as famílias de baixa renda, vulnerabilizadas e abaixo da linha de pobreza. Essas famílias, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, de 1999, atualizados posteriormente pela edição de 2001, atingem um número de 8 milhões, ou 42% das famílias.

Conforme Kaloustian (2000, p. 13), “por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está a família desassistida ou inatingida pela política oficial”. Esta política pública, como se sabe, é normalmente paliativa, curativa, assistencialista e não corresponde às reais necessidades da população. No contexto pesquisado também se observou traços de tais políticas.

Desta forma, querendo-se impetrar um atendimento que leve em conta as singularidades das famílias, objetivando a melhoria da qualidade de vida, o exercício da cidadania com os parâmetros de igualdade e equidade, respeito aos direitos humanos, acesso aos bens e serviços sociais, deve-se em primeiro lugar garantir um atendimento qualificado por profissionais habilitados, no caso em questão, a inserção do profissional de Serviço Social. E, em segundo lugar, possibilitar as condições de trabalho para esse profissional que lhes permita uma atuação que vá de encontro às necessidades, anseios e demandas das famílias.

Cabe salientar, ainda, uma última questão: a carência profissional no programa pesquisado e a falta de atendimento sistemático estão, por um lado, ligadas à falta de recursos para contratar um profissional de Serviço Social destinado especificamente para o Centro de Convivência e, por outro lado, ligadas às questões de não reconhecimento de sua importância, que, como se sabe, faz parte da própria constituição histórica da profissão.

Neste sentido, o trabalho do assistente social é de fundamental importância no espaço

pesquisado e deve ser desenvolvido, levando-se em conta as suas competências, as bases teóricas metodológicas, o instrumental técnico-operativo e o compromisso ético-profissional, tendo em vista a efetivação dos direitos dos cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar em mudanças na atualidade, conforme o poeta Luiz Vaz de Camões escreve, *“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança, todo mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades”*, parece ser para a sociedade atual algo preestabelecido. Afinal, hoje, tudo muda de forma muito instantânea, num piscar de olhos, num teclar de um computador, num botão de uma bomba acionado com o objetivo da destruição, ou da pretensa paz mundial.

Há mudanças explicitadas nas várias dimensões da vida cotidiana, que podem ser observadas nos valores, nos hábitos diários, na moda, enfim, em infinitos contextos, culturas e realidades. No entanto, permanecem inalterados os padrões de desigualdades sociais, ao menos na perspectiva de ser superados os seus efeitos, transformando a sociedade de uma forma mais equânime e menos desigual.

Se as situações dos sujeitos se alteram, geralmente é para um nível, ou padrão de vida mais miserável, de sobrevivência e subsistência, em que se é submetido à falência da própria vida, seja pelo próprio indivíduo, que se sente incapaz de superar as amarras da desigualdade, seja pela coletividade que reforça a culpabilização e punição individual perante o contexto social.

Esta realidade, cada vez mais observada no contexto mundial e nacional, reflete -se nas esferas municipais, como bem se observou no município de Bituruna, em que as condições de vida dos moradores estão *à mercê* dos efeitos globalizadores, materializados pela ausência de empregos; condições de habitabilidade precárias; da não possibilidade de acesso à escola; das más condições de saúde, promovidas pelo não acesso à alimentação de qualidade, entre outras. Adicionados a estes fatores, estão as situações de conflitos intrafamiliar e extrafamiliar, sendo que muitas vezes se perde a “esperança” de “tudo poder mudar” e se passa a não acreditar mais nas palavras do poeta, de que tudo se pode mudar.

O aumento desenfreado da miserabilidade da população são realidades estampadas a cada dia com mais frequência na sociedade atual. Em meio a tantas possibilidades de transformações, não se é, ou não se pretende ser capaz de apresentar alternativas que possibilitem uma melhoria na qualidade de vida das classes subalternizadas: não como forma de presentear-las com uma espécie de brinde, mas substantivamente garantir a efetivação dos seus direitos.

Os sujeitos referidos podem ser tanto as famílias pesquisadas para efeito deste trabalho, como os milhões de brasileiros, que todos os dias vêem suas condições de vida degradadas e aviltadas em razão da ausência e desmantelamento das condições básicas necessárias para subsistência.

Esta população se vê inserida num contexto de estratégias de corrupção, do descaso com o dinheiro público, do enriquecimento ilícito dos usurpadores dos cofres públicos, do aumento dos níveis de pobreza, que superam as marcas do aceitável, se é possível dizer que a desigualdade das classes é algo admissível, embora seja uma prerrogativa da sociedade capitalista, neoliberal e excludente.

O profissional do Serviço Social, sujeito que também faz parte e esta inserido nessa sociedade, que compartilha, ou não, com a crença da mudança, tem como uma de suas funções o trabalho social com esses segmentos vulnerabilizados socialmente que, na construção desta pesquisa, refere-se às famílias atendidas no município de Bituruna e que freqüentam o Centro de Convivência.

Para o profissional de Serviço Social atuar com as famílias, no sentido de viabilizar a garantia de seus direitos, a fim de que sejam salvaguardados as conquistas legais legitimadas historicamente, é necessário, conforme explicitado no decorrer deste estudo, de condições materiais e subjetivas para o desenvolvimento do trabalho e alternativas que garantam a equidade nos atendimentos. As condições materiais seriam os meios institucionais que

possibilitem a atuação profissional; as condições subjetivas diriam respeito à incorporação dos conceitos teóricos -metodológicos, técnicos-operativos e éticos -políticos que dão sustentação às ações do assistente social.

Na realidade pesquisada e apresentada no decorrer deste trabalho, as questões pontuadas que necessitaram da intervenção de profissionais qualificados para desenvolver ações diante das distintas expressões das questões sociais, necessariamente deveriam obter a possibilidade de inserção imediata, oportunizando a realização de um acompanhamento sistemático com as famílias atendidas no Centro de Convivência. Esse acompanhamento e essas intervenções deveriam ser viabilizadas pelo assistente social, em razão das especificidades de sua formação profissional, fazendo-se premente de antemão a realização do direcionamento para o mercado de trabalho, programas de escolarização de jovens e adultos, acesso a condições mais dignas de moradia e saúde, reflexão sobre as questões conflitivas, entre outras necessidades detectadas.

A necessidade do trabalho sistemático do Serviço Social com as famílias carentes no Centro de Convivência é de fundamental importância, haja vista que a maioria dos sujeitos sociais atendidos não pode gerir sua própria vida, necessitando desta forma da intervenção profissional para que sejam viabilizadas estratégias para garantir a efetivação de seus direitos. Do contrário, continuarão sendo atendidos pelo Centro de Convivência, até a idade permitida de 18 anos, no caso das famílias em que os filhos estão inseridos no programa, posteriormente a este período, serão lançados *à mercê* da sua própria sorte.

Diante do exposto, reafirma-se a importância do trabalho social a ser desenvolvido junto às famílias do Centro de Convivência, necessidade que se coloca a partir da análise da realidade das mesmas contida no capítulo 2 deste trabalho. A intervenção, acredita-se, constituir-se-ia em uma possibilidade de mudança das condições de vida desses grupos, pois, afinal, conforme afirma o poeta Camões: “Todo mundo é composto de mudança”, tomando

sempre novas qualidades”.

Na realidade apresentada, apareceram muitas expressões que traduzem o desejo de “mudar”, deixar sua condição de “subalternidade”, como nas palavras de Yazbek, para adquirir-se *status* de cidadania, no entanto se compreende que isso não está vinculado unicamente ao desejo do indivíduo e de sua família, mas às condições de vida que lhes são oportunizadas. Na maioria das vezes, os sujeitos sociais não conseguem elaborar essas mudanças a partir de suas próprias possibilidades, necessitando assim na realidade observada da intervenção profissional, mais especificamente do Serviço Social, que, embora deva estar aliado a outras práticas profissionais, tem um papel fundamental nas questões apresentadas pelos pesquisados.

A implantação do Serviço Social em espaços como o Centro de Convivência é de extrema importância, tendo em vista que pode se constituir em possibilidade de acesso a bens e serviços para as vidas das famílias, desde que evidentemente sejam vislumbradas políticas públicas para atendimento desta população e que a partir deste referencial poderão, conforme afirma o poeta, “tomar novas qualidades”.

Uma última questão que merece destaque, é a necessidade de rever os objetivos do Programa Centro de Convivência, pois estes na maneira como se constituem atualmente contém elementos estigmatizadores, que podem vir a se configurar em fatores de exclusão e não inclusão das crianças, adolescentes bem como de suas famílias, para tanto, faz-se necessário o fomento de discussões contando com a participação da equipe técnica responsável, bem como de seus gestores e famílias que justificam a existência deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Educação. **Política Social**. Módulo 3, Brasília, p. 154-163, 2000. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais.

AMORIN, Ricardo Gomes; POCHMANN, Marcio. **Atlas de exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003. 224 p.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

ARIÈS, Philippe. Da família medieval à família moderna. In: _____. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de. (Org.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: IGLU, 1989. 211 p

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília, 2001. 405 p.

BRASIL. Conselho Federal do Serviço Social – CFESS. Reflexões sobre atribuições privativas do (a) assistente social. In: _____. **Atribuições privativas do (a) assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2002.

COLETÂNEA DE LEIS. **Código de ética do assistente social**. São Luís: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS – 2º Região/ MA. Gestão Organização de Trabalho, 1999/2002, 2001.

COLETÂNEA DE LEIS. **Lei 8662/93, de 7 de junho de 1993**. Regulamentação da Profissão. São Luís: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS – 2º Região / MA. Gestão Organização de Trabalho, 1999/2002, 2001.

COLETÂNEA DE LEIS. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. São Luís: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS – 2º Região/ MA. Gestão Organização de Trabalho, 1999/2002, 2001.

COLETÂNEA DE LEIS. BRASIL. **Lei 8742/93, de 07 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. São Luís: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS – 2º Região/ MA. Gestão Organização de Trabalho, 1999/2002, 2001.

COLETÂNEA DE LEIS. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. São Luís: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS – 2º Região/MA. Gestão Organização de Trabalho, 1999/2002, 2001.

DRAIBE, Sônia Miriam. Por um reforço de proteção à família: contribuição à reforma dos programas de assistência social no Brasil. In: KALOUTIAN, Sílvio. (Org.). **Família Brasileira, a base de tudo.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1994. p. 109-134 .

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico.** São Paulo: UNESP, 1997. 154p.

FREITAS, Rita de Cássia dos Santos. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso Acari. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXIII, n. 71, p. 80-101, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** . 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXIII, n. 71, p. 102 -121, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 216 p.

_____. **O serviço social da contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 326 p.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do (a) assistente social em questão.** Brasília: CFESS, 2002.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-IPARDES **Famílias pobres no Estado do Paraná.** Curitiba: IPARDES, 2003. 55 p.

KALOUTIAN, Sílvio Manoug (Org.). **Família Brasileira, a base de tudo.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1994. p. 11-15.

LIMA, Arlete Alves. **Serviço Social no Brasil**: a ideologia de uma década. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987. 111 p.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **A intervenção profissional do Serviço Social no contexto da cidadania e dos direitos**: pensando as ações sócio-educativas. 2004. 81f. Trabalho de Conclusão de curso. (Curso de Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. Revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Cuidados Sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. **O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Módulo 4, Brasília, p. 217-225, 2000. Programa de Capacitação Continuada para o Assistente Social.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 176 p.

OLIVEIRA, Eloísa Maria José de. **Assistência Social**: do discurso do Estado à prática do serviço social. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1996. 210 p.

PAIVA, Beatriz Augusto de.; SALES, Mione Apolinário. A nova ética profissional: praxis e princípios. **Coletânea de textos**: 10 anos do código de ética e da lei de regulamentação da profissão – Lei nº 8662/93 de 07/06/1993. Florianópolis: CRESS 12º Região, 2003.

PARANÁ, Prefeitura Municipal de Bituruna. Secretaria Municipal de Educação. **Dados Gerais do município**. Bituruna, 2003. 14 p.

PARANÁ. Lei nº 726/2001. Dispõe sobre a Organização Administrativa da Prefeitura do Município de Bituruna, estabelece diretrizes e contém outras providências. Bituruna, 2001a.

PARANÁ. Lei 765/2001. Programa de atendimento a crianças e adolescentes. Bituruna. Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário, 2001b.

PARANÁ. Lei nº 767/2001. Programa Centro de Convivência. Bituruna. Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário, 2001c.

PAUGAM Serge. **Por uma sociologia da exclusão social** : o debate com Serge Paugam. ed. Maura Pardini Bicudo Vêras. São Paulo: EDUC, 1999.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 215 p.

PEREIRA, Tânia da Silva. **Direito da criança e do adolescente**: uma proposta interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

SILVA, Maria Ozanira da Silva E. A política pública de transferência de renda enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**. 2003, v. 7, n. 2.

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “Teorias” de famílias. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). **A família contemporânea em debate**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 23-38.

_____. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXIII, n. 71, p. 9-25, 2002.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e Poder na Família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). **A família contemporânea em debate**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000. p 73-88.

VÉRAS, Maura Pardini Bucudo. Notas ainda preliminares sobre exclusão social, um problema brasileiro de 500 anos. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. (Ed.). **Por uma sociologia da exclusão social**: o debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC, 1999. p 4- 47.

YAZBEK, Maria Carmelita. A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. **Cadernos ABONG**, São Paulo, 13 out. 1995. (Série especial - subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social).

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 184p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php. Acesso em: 23 nov. 2003.

www.fesanpe.hpg.ig.com.br/fome.htm. Acesso em: 18 jun. 2004.